

Feminina ou feminista? A mulher representada na revista *O Cruzeiro* (1950-1970)

Female or feminist? The representations of women in the O Cruzeiro magazine (1950-1970)

Bruna Batista Ferreira

Mestranda do programa
Patrimônio Cultural, Paisagens
e Cidadania da Universidade
Federal de Viçosa

bruna.batista@ufv.br

Recebido em: 18/11/2018

Aceito em: 29/03/2019

RESUMO

Para compreendermos os movimentos de rupturas e permanências, bem como as correlações entre “feminino” e “feminismo” pela ótica discursiva da mídia impressa, analisamos algumas edições das décadas de 1950 a 1970 de *O Cruzeiro: Revista (RJ)*. As análises dos periódicos compreendidos nesse período mostram-nos fatores decorrentes dos processos discursivos envolvidos nas tramas da “indústria cultural”, nos quais, ao tratarem o “ser feminina” e o “ser feminista” como conceitos antagônicos construíram e reconstruíram concepções de identidade da mulher.

Palavras-chave: Mulher; Feminina; Feminista; Representações; *O Cruzeiro*.

ABSTRACT

In order to understand the movements of ruptures and permanences, as well as the correlations between “female” and “feminism” by the discursive optics of the printed media, we analyzed some editions of the decades from 1950 to 1970 of *O Cruzeiro: Revista (RJ)*. The analyzes of the periodicals included in this period show us factors stemming from the discursive processes involved in the “cultural industry”, in which, when treating “female being” and “feminist being” as antagonistic concepts, reconstructed conceptions of women’s identity.

Key-words: Woman; Female; Feminist; Representations; *O Cruzeiro*.

Introdução

Realizando a apuração do conceito de “representação coletiva”, o historiador Roger Chartier pondera como os acontecimentos socioculturais se propõem a incorporar nos indivíduos esquemas de percepção e comportamentos que moldam as formas de exibição social, das performances particulares e de suas questões conceituais (CHARTIER, 1988, p. 21). As discussões conduzidas por esse estudioso estão inseridas na chamada Nova História Cultural e têm como objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. É neste cenário historiográfico que alocamos esta pesquisa. Pois, nesse viés de pensamento, a introdução e uso da categoria ‘gênero’, por exemplo, pode ser vista como uma construção de pensamento gerida de acordo com as demandas de um determinado grupo social: seja por homens, mulheres ou mídias.

De acordo com Francisca Sena a proposta da abordagem de gênero surgiu como um novo paradigma capaz de desnaturalizar a história da subordinação das mulheres na sociedade. A crítica radical do feminismo reivindicava uma transformação na sociedade, mas também a estratégia de atuação exclusiva das mulheres parecia não garantir essa transformação: “movidas por essas inquietações, feministas estadunidenses passaram a utilizar, no meio acadêmico (na segunda metade do século XX) a categoria gênero [*gender*] para desmistificar e para reinterpretar as relações sociais” (SENA, 2004, p. 32).

Vinculando gênero às formas de manifestação de poder, a historiadora estadunidense Joan Scott rompe com o caráter natural da crença na determinação biológica como justificativa para as desigualdades existentes entre os sexos (SCOTT, 1992, p.65). Dessa maneira, masculino e feminino não seriam identidades acabadas definidas no nascimento, mas categorias culturais. Trata-se de um constante processo aliado ao contexto social e cultural de determinado lugar e período. Scott busca ampliar os termos “estudos de mulheres” para “estudos de gênero”. Além de fornecer, segundo ela, maior legitimidade acadêmica distanciando da parcialidade “mulheres”, a neutralidade do termo “gênero” é acordante à objetividade científica.

Já a filósofa Judith Butler, também estadunidense, busca por meio da noção de ‘performatividade’, conceber o conceito de gênero como “efeito, produzido ou gerado” (BUTLER, 2003). Com isso, tenta realocar o discurso da “construção social da sexualidade” para a “construção discursiva de gênero” (FREITAS, 2011). A noção de ‘performatividade’ permite repensar a linguagem e as identidades, uma vez que são corporificadas e ‘performadas’, ao invés de pré-formadas. Ou seja, Butler pressupõe que as identidades de gênero não são determinadas internamente, nem representam uma essencialidade. A autora pondera que elas constituem os efeitos de nossas realizações, desestabilizando a noção de identidade como pré-existente e imutável.

Butler afirma que corpo e linguagem se fundem, ou seja, que os discursos habitam sobre os corpos. Por não pressupor a singularidade de identidade, ela argumenta que não se pode pensar em mulheres (mesmo que no plural) como uma categoria comum e estável de identidade. Aponta para a necessidade de se conceber a construção múltipla e variável de identidade. Assim, são descartadas oposições binárias (homem x mulher) e convenções ontológicas, que por serem legitimadas pelo poder, criam hierarquias e opressão. Opressão e hierarquias estas que se configuraram como via de regra durante boa parte da história em diversas sociedades.

Mas, além dos estudos de gênero, outro campo socialmente estabelecido passou a despertar interesse no que diz respeito às atuações culturais. Trata-se, especificamente, dos meios de comunicação, em especial os meios impressos. Eles sempre tiveram o poder de propagar ideias, lançar moda, influenciar comportamentos e de também serem influenciados por eles. Segundo Certeau este é um movimento típico da “indústria cultural” (CERTEAU, 1994). Um sistema no qual a imprensa e os demais meios de comunicação assumem o papel de produtor e difusor cultural, como instituições que propagam um importante aspecto no repertório social: o consumo. Através de seus discursos e propagandas, as mídias conduzem os produtos oferecidos pela indústria e pelo comércio às pessoas comuns, numa dinâmica onde a reapropriação e reinterpretação dos indivíduos, assim como suas formas de escolha, fazem com que os mesmos sejam mais que consumidores passivos ou espectadores alienados das propagandas. Esse processo de reformulação faz com que essas pessoas comuns se inscrevam em operações criadoras, num constante devir. É nesse sentido que a publicidade e as imagens por

ela vinculadas captam, criam e invadem nossas percepções de mundo, inclusive nos aspectos que rondam as noções que temos sobre as “funções” de gênero e os papéis desempenhados por homens, mulheres e dentro da própria categoria “mulheres”.

Utilizando essas esferas analíticas, ou seja, a representações discutidas pela Nova História Cultural, os estudos de gênero nelas desenvolvidos e as tramas da indústria midiática, que nos cerceamos para conduzir este trabalho. Nele, buscamos compreender os movimentos de rupturas e permanências, bem como as correlações entre “feminino” e “feminismo” pela ótica da mídia impressa. Para tanto, analisamos algumas versões dos anos de 1950 a 1970 das edições de *O Cruzeiro: Revista (RJ)*¹. Lançada em 1928, esta revista ilustrada foi uma das mais bem-sucedidas na história da imprensa brasileira, circulando semanalmente em todo o território nacional, decaindo apenas nos anos 1970 com a morte de seu fundador, Assis Chateaubriand, fechando definitivamente em 1985².

O recorte temporal, de 1950 a 1970, foi escolhido por se tratar de um período em que a visão sobre a mulher começava a sofrer alterações: revistas de grande circulação nacional, como *O Cruzeiro*, que traziam postulações acerca do conceito “feminina”, em decorrência dos movimentos revolucionários do período, começaram abarcar com mais frequência questões de conotação “feminista”. Caminho, tal qual, percorria a sociedade brasileira do período. Observando esses aspectos, demos atenção maior às reportagens, textos e artigos voltados às mulheres, principalmente os que traziam em seu contexto estes termos. As pesquisas ocorreram no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro³.

Ao levarmos em consideração os movimentos de rupturas e permanências inerentes à história, à sociedade e à política, dimensionamos o panorama no qual as mulheres se encontravam no contexto referente. Tratando-se do percurso historiográfico delineado entre os anos 1950-1970, veremos despontando acontecimentos específicos nos quais vários paradigmas passaram a ser postos à prova (PINSKY, 2015). Faz-se relevante, assim, analisarmos os aspectos circunscritos no Brasil da segunda metade do século XX, em especial a produção midiática sobre as mulheres, para ponderarmos os traços modificados e os continuados, no que se refere às representações do “feminino” e do “feminismo”.

Abordando algumas edições de um periódico de grande circulação nacional, como *O Cruzeiro*, perceberemos que as ideias revolucionárias, pendendo para ações e reafirmações feministas, chegaram obscurecidas em suas páginas e no imaginário social da época. Conceberemos que determinados padrões, com intentos políticos, culturais e globalizantes, permanecerão intrínsecos às percepções de “identidade feminina”, principalmente no que tange sua aparência e comportamento.

Os Movimentos Feministas

Mesmo tendo como foco as precipitações feministas da segunda metade do século XX, recorte temporal de nossas análises, cabe arrolarmos, brevemente, as transformações dentro das querelas feministas ao longo

- 1 Optamos por apurar as versões da revista *O Cruzeiro*, por este veículo abranger as décadas do recorte temporal deste trabalho, 1950 a 1970. Como a ideia aqui proposta é analisar os movimentos de rupturas e permanências nas representações do feminino entre as três décadas, um veículo que as comporte nos oferece maior suporte investigativo. Além disso, a expressividade de *O Cruzeiro* em termos de circulação e influência, levaram-nos a tomada desse material como fonte de estudo.
- 2 A revista *O Cruzeiro* “foi um dos primeiros órgãos a integrar os Diários Associados, a primeira rede de comunicação brasileira, que, em seu auge, contabilizaria 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão, dentre as quais, a TV Tupi”. A grande abrangência de *O Cruzeiro* também pode ser mensurada em números: sua tiragem média era de 200 mil exemplares até os anos 1950, elevando-se para 550 mil por volta de 1955, marca que seria mantida até a década de 1960. O *Cruzeiro* revolucionou “o mercado editorial brasileiro ao criar e ditar padrões, além de ter influenciado fortemente a opinião pública nacional”. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-cruzeiro/>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- 3 Fonte: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. O site da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, possui um amplo acervo digitalizado dos maiores periódicos que circularam no país durante o século XX. As buscas no site podem ser feitas através do nome específico do periódico desejado, do momento de circulação (por décadas), por localidade (estado brasileiro) e/ou por termo de busca (em nosso caso, feminina e feminista).

de sua existência enquanto movimento organizado. Perceberemos que o papel da mídia impressa e dos direcionamentos políticos vigentes serão primordiais para divulgar, propagar e até mesmo coibir esse movimento.

Para Andréa Lisly Gonçalves existe uma dificuldade real entre os historiadores em realmente datar o movimento feminista que se manifesta em lugares diferentes mediante iniciativas variadas. A pesquisadora infere que isso ocorre devido ao feminismo não se reduzir apenas a mobilizações intensificadas no século XIX em torno da questão feminina, mas ao fato de corresponder “ao processo crescente e com ritmos variados da participação da mulher no mercado de trabalho, da paulatina presença da mulher no espaço público”, ou ainda como porta-voz em lugares considerados “verdadeiros redutos femininos, como no caso da literatura”. Já no século XVIII a militância feminina, individual ou coletiva, estava presente, e a crise do Estado Absolutista em várias partes da Europa, em especial na França, colocou a questão feminina em pauta. A participação de mulheres em manifestações públicas, assistindo às sessões de Assembleia Constituinte durante a Revolução Francesa por exemplo, reverberara isso. Gonçalves cita a inglesa Mary Wollstonecraft, como o caso mais influente de mulher escritora desse período. Sua publicação, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, de 1792, inspirou gerações de feministas (GONÇALVES, 2006, p. 18).

Entretanto, a *Primeira Convenção para o Direito das Mulheres* ocorrida em Nova Iorque, nos dias 19 e 20 de julho de 1848, é tida de maneira geral como o marco inicial do feminismo no Ocidente⁴. Nesse primeiro momento, o movimento feminista apresentava reivindicações referentes ao direito à propriedade – inclusive, sobre o próprio corpo – sem depender da figura masculina, além do direito à participação política por meio do sufrágio⁵. Mas foi no século XX, a partir dos anos 1960, que o movimento efetivamente se ampliou e expandiu seus eixos de discussão, abrangendo “a liberdade sexual e a ideia de igualdade total aos homens, política e culturalmente” (SANTOS, 2013, p 2-3). Já pós-década de 1980, entraram no debate a relativização do conceito *mulher*, contra posições autoritárias, considerando outras identidades. Através dos estudos de Ladjane Santos vemos que Maggie Humm⁶ e Rebecca Walker⁷, historiadoras feministas, veem o movimento dividido em três “ondas”:

A primeira teria ocorrido no século XIX e início do século XX, focando principalmente em obter direitos legais, poder político e no sufrágio feminino. A segunda veio nas décadas de 1960 e 1970, encorajando as mulheres a entender os aspectos de suas vidas pessoais, e preocupada em grande escala com a questão da igualdade, focando no fim da discriminação [sic] da mulher na sociedade, na educação e no trabalho. Por fim, a terceira teria sido da década de 1990 até a atualidade, e veio como uma resposta positiva, preenchendo de forma mais forte as propostas da segunda “onda”. Acompanhando grandes revoluções, como a Revolução Francesa, o feminismo ganha um destaque reivindicatório, ganhando força de expressão, ao se unir a partidos políticos (SANTOS, 2013, p. 2-3).

Para estas estudiosas as querelas feministas levantadas entre as décadas de 1960 e 1970 reverberam até os dias atuais. Podemos entender, a partir disso, que as discussões e manifestações galgadas nesse período, sobressaíram-se por seu caráter contestatório a fim de igualdade, respeito, educação e trabalho. No Brasil, em

4 A Convenção foi fruto de acontecimentos anteriores, dos anos 1840, quando um grupo de delegadas participantes da *Convenção Mundial contra a Escravidão*, em Londres, foram impedidas de participarem das discussões sobre a abolição da escravatura nas Américas, ficando apenas como espectadoras. Na ocasião, alguns representantes do sexo masculino, em solidariedade e protesto ao ocorrido, juntaram-se à delegação feminina nas galerias. Cf.: GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 15.

5 “[...] todo feminismo é um movimento ilustrado quanto às suas raízes e a suas pretensões reivindicativas. De fato, as reivindicações feministas são possíveis a partir dos pressupostos do iluminismo ou dos iluminismos, a saber, a universalidade da razão, da liberação dos preconceitos, o horizonte de emancipação [...]”. PETIT, Cristina Molina. Elementos para una dialectica feminista de la Ilustración. In: AMORÓS, Célia (Org.). *Actas del Seminario Permanente Feminismo e Ilustración 1988-1992*. IIF/Universidad Complutense de MADRID. 1993, p. 7.

6 Professora, escritora e pesquisadora da Universidade de East London. Cf: <<https://www.uel.ac.uk/schools/social-sciences/our-research-and-engagement/research/feminist-research-group>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

7 Escritora. Cf: <<http://www.rebeccawalker.com/>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

especial, entre o fim do século XX e início do século XXI, o feminismo passou a ter como principais bandeiras a igualdade de condições de trabalho e o combate à violência doméstica (SANTOS, 2013). No entanto, pesquisadoras como Ana Alice Alcantara Costa afirmam que assim como nos demais países latino-americanos, como Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as primeiras manifestações feministas brasileiras aparecem já na primeira metade do século XIX (COSTA, 2013). Para a autora, isso ocorreu principalmente através da imprensa feminina, principal veículo divulgador das ideias feministas naquele momento. A crescente força de trabalho das mulheres na indústria junto à influência das ideias anarquistas e socialistas trazidas pelos operários imigrantes espanhóis e italianos, foram fundamentais para a fundamentação dessas ideias e para “a incorporação feminina às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero” (COSTA, 2013).

Na década de 1910 já existiam organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais em vários países da América Latina. No mais das vezes, essas organizações de mulheres, congressos femininos, se declaravam feministas, discutiam e propagavam seus direitos, em especial pela igualdade jurídica e poder de voto. Especificamente no Brasil, criado pela baiana Leolinda Daltro, tivemos o Partido Republicano Feminista. Além de almejar a mobilização de mulheres, o objetivo do colegiado era lutar pelo sufrágio. Cabe destacar também a Associação Feminista, de tendências anarquistas, que teve significativa influência nas greves operárias de São Paulo, em 1918. Ambas as associações mobilizaram um expressivo número de mulheres (COSTA, 2013).

Nos anos 1920, o movimento sufragista foi ampliado na latino-América, muito em função da condução de mulheres de classe média que, agindo diretamente junto aos órgãos legislativos, iam adquirindo o direito ao voto (COSTA, 2013). Em 1929, o Equador tornou-se o primeiro país da região a decretar o voto feminino. Na década de 1930 foi a vez de Brasil, Uruguai e Cuba. Após os anos 1940, Argentina e Chile fizeram-no. As mulheres do México, Peru e Colômbia só viriam a conquistar o direito ao voto na década de 1950.

Com a conquista do voto, houve certa desarticulação do movimento feminista na grande maioria dos países latino-americanos, acompanhando o ocorrido nos Estados Unidos e Europa (JAQUETTE, 1994). Entretanto, as mulheres continuaram se organizando através de clubes de mães, das associações de combate ao aumento do custo de vida, das associações de bairro, das lutas por demandas sociais, por segurança, dentre outras. No caso brasileiro, as organizações femininas, orientadas pelo Partido Comunista Brasileiro, tiveram relevante poder de articulação: por intermédio da União Feminina e do Comitê de Mulheres pela Anistia, criados em 1935 e 1945, respectivamente (PINHEIRO, 1981).

Esta onda feminista primeira é vista, até certo ponto, como conservadora no que se refere à crítica à divisão dos papéis de gênero – inclusive por reforçar determinados estereótipos como as qualidades domésticas e maternas da mulher. Representações que ressaltavam a fundamental atuação feminina na família (MOLYNEUX, 2003). Com a instalação dos governos ditatoriais na América Latina (no Brasil, em 1964, e em outros países, pós década de 1970), os movimentos feministas foram calados e encobertos (COSTA, 2013). A mídia feminina comportou de uma forma específica cada um desses momentos. Os discursos produzidos em *O Cruzeiro*, por exemplo, evidenciarão os olhares e tratamentos sociais conferidos à mulher nesse meandro democrático-ditatorial-revolucionário. Para tanto, torna-se essencial remontar alguns aspectos fomentadores das rupturas e permanências em relação às atuações das mulheres no Brasil de 1950 e 1960-1970.

Brasil, década de 1950

As questões trabalhistas modificadas como a dinâmica industrial e o contexto das guerras do início do século XX, conferiam já nos anos 1950 novos ares à vivência feminina. As lutas por igualdade de direitos entre os gêneros tornavam-se pauta. Ao descrever a vida e a mulher dos *Anos Dourados*, por exemplo, Carla Bassanezi Pinsky elucida que:

O Brasil dos anos 50 viveu um período de ascensão da classe média. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o país assistiu otimista e esperançoso ao crescimento urbano e à

industrialização sem precedentes que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. Democracia e participação eram ideias fortalecidas nos discursos políticos. Em geral, ampliaram-se aos brasileiros as possibilidades de acesso à informação, lazer e consumo. As condições de vida nas cidades diminuíram muitas das distâncias entre homens e mulheres; práticas sociais do namoro à intimidade familiar também sofreram modificações (PINSKY, 2015, p. 608).

Mesmo com as condições de crescimento urbano e industrial vividos pelo Brasil no pós-guerra, assim como a diminuição das “distâncias” da condição de vida entre homens e mulheres, Pinsky deixa claro em suas colocações subsequentes que os “papéis femininos e masculinos” continuaram com distinções nítidas. Permanecia intrínseca à sociedade uma moral sexual diferenciada e mesmo com a mulher se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho continuava cercada de preconceitos. A figura de “chefe da casa” era essencialmente masculina. A casa e a rua delimitavam as representações sobre os papéis destinados às mulheres e aos homens (DEL PRIORE, 2013). Além disso, o fim da guerra trouxe consigo campanhas estrangeiras pregando que o esforço de guerra das mulheres⁸, à época dos combates, fosse substituído pela volta ao lar, à mulher como rainha da casa, a volta aos valores tradicionais da sociedade inerentes ao estilo de vida do século XIX:

Na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto interno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional (PINSKY, 2015, p. 608-609).

É neste contexto de redefinição dos papéis tradicionais, de afirmação da feminilidade pelo comportamento doméstico, puro, doce e resignado que se destaca a expansão das revistas femininas⁹. Tratando de “assuntos femininos”, os periódicos continham variadas regras de comportamento, opiniões sobre casamento, sexualidade, trabalho feminino e felicidade doméstica. Os exemplares de *O Cruzeiro*, *Jornal das Moças* e *Querida* estavam embutidos de modelos femininos e masculinos – com papéis bem definidos – e uma noção bem delimitada de família modelo, que segundo Pinsky seria: branca, de classe média, nuclear e hierárquica (PINSKY, 2015).

As revistas dos anos 1950 influenciavam a vida das mulheres de classe média não deixando, porém, de serem influenciadas pelas mudanças sociais vividas e promovidas por essas mulheres. A realidade da inserção da mulher nos ramos trabalhistas, fora do lar, exemplifica as abordagens do assunto nesses veículos midiáticos. Entretanto, o modelo preconizado pelas revistas apontava para a relação restrita e necessária da mulher com o casamento, com a maternidade e com os afazeres do lar – uma espécie de destino natural e inexorável (NADER, 2001).

8 Durante as duas Grandes Guerras (1914-1918 e 1939-1945) muitas mulheres tiveram ao seu encargo funções ditas produtivas, como: os trabalhos no campo, nos setores industriais, como médica e enfermeiras, e até mesmo, em alguns cenários, no fronte dos conflitos. Por se tratarem de espaços socialmente masculinizados, ao fim dos combates, houve a tentativa (principalmente por meio de propagandas – fortemente amparadas na mídia estadunidense com a “mulher, rainha do lar”) de remodelar o papel feminino, ou seja, recoloca-la em seu “lugar natural”, o âmbito privado, a casa.

9 As “fontes impressas” nos permitem trazer concepções históricas acerca de seu papel que, atingindo determinados públicos, podem ser problematizadas e identificadas como produto imediato entre a vivência de determinado acontecimento e sua narração. Tânia Regina de Luca acredita que os discursos adquirem significados de muitas formas, e que a ênfase em determinados temas, a linguagem utilizada e a natureza do conteúdo estão diretamente associadas ao público que o jornal ou a revista pretendem atingir. Ressalta que os conteúdos presentes nos periódicos não podem ser desvinculados do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, de seu lugar de produção, dos fatos políticos ligados aos processos sociais. Esse movimento faz parte da interação entre indústria cultural e sociedade, onde o lugar de “retorno” do político revive ou renova-se pelo fato de utilizar-se de contribuições teórico-metodológicas alcançadas nas últimas décadas no âmbito da História Cultural. Cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

Brasil, décadas de 1960 e 1970

Os anos 1960 tiveram real importância para transformações dos papéis femininos. Durante o governo de João Goulart e sua política externa independente ao apoio das superpotências capitalistas ou socialistas da Guerra Fria, foram fortalecidas em solo brasileiro ideias sobre movimentos sindicais, estudantis, camponeses e populares. No entanto, a política de Jango passou a preocupar a classe burguesa e os investidores estadunidenses, fortemente presentes desde a abertura econômica-comercial do governo de Juscelino Kubitschek, culminando no golpe de 1964. Instalou-se uma ditadura militar no Brasil, um período caracterizado pela censura à imprensa, aos movimentos culturais e sociais, a repressão aos opositores do regime, institucionalização da tortura, entre outros mecanismos de controle, perseguição e coação política (MAGALHÃES, 1997).

Mesmo com a fase de opressão, as interferências estrangeiras ecoaram e fizeram com que começasse a ser repercutido no Brasil o movimento feminista que estava sendo organizado na Europa e nos Estados Unidos. Foram publicados os primeiros livros de feministas brasileiras e “os jornais, as revistas, o cinema, o teatro e a televisão começaram a dar espaço para uma **nova mulher** preparando o terreno para a década seguinte quando surgiram, em todo o Brasil, os movimentos organizados de mulheres” (GOLDENBERG, 1994, p. 446)¹⁰. O trabalho fora de casa crescia e a mulher começou a desempenhar profissões “essencialmente masculinas”. Isso tudo modificou razoavelmente o papel feminino no âmbito público e privado. É justamente no rumo extra-doméstico feminino que Paola Cappellin Giuliani atenta-se em seu trabalho sobre os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira (GIULANI, 2015). Referindo-se à “crise da divisão sexual no trabalho e na representação sindical” pós anos 1960, Giuliani ressalta que:

Nesse percurso, às vezes tortuoso, aparecem com maior clareza os limites daquilo que seria próprio das mulheres, daquilo que lhes seria reconhecido, permitido ou atribuído como característico de sua “natureza social”. Por comparação, pode-se também compreender o que seria próprio da “natureza social do homem”. Mais ainda! Chega-se à consciência de que qualquer definição dos papéis, da imagem, da identidade e dos códigos de comportamento da mulher, é instável e transitória, já que tais concepções culturais são o resultado do confronto entre os valores dominantes e os anseios de mudança (GIULANI, 2015, p. 649).

Mesmo se tratando de um contexto submerso por uma tradição que delimitava os “papéis sociais”, os anos 1960 configuram-se também como precedente de mudanças nas definições destes papéis nos mais variados setores da vida, neste caso, com destaque para o trabalhista. Não é de se admirar, portanto, que nos anos subsequentes vissemos despontar variados grupos sociais produzindo contestações políticas, econômicas, ambientais e de gênero. Com a ascensão dos governos militares¹¹, insurgem questionamentos de organizações sindicais. Além disso, temos no movimento das mulheres rurais e na participação das mulheres dos centros urbanos a ruptura de um ideal que para além do lar desbrava as ruas, o cenário social e político do país. Dentre os movimentos sociais ocorridos entre 1960 e 1970, tivemos: os Movimentos Estudantis da UNE (União Nacional dos Estudantes, 1968)¹²; Movimento de Lutas por Creches (1970)¹³; o Movimento Brasileiro pela

¹⁰ Grifo da autora.

¹¹ Em 1964, o golpe militar derrubava um presidente (João Goulart) e instituiu a ditadura no Brasil. Para Ferreira & Gomes o movimento ocorrido em 1º de abril de 1964, foi um golpe civil e militar, que acabava com a experiência democrática iniciada no final de 1945. Cf. FERREIRA, Jorge Luiz; GOMES, Angela Maria de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹² “Ao longo de toda década de 1960 o movimento estudantil ganhou força no Brasil, e esse impulso culminou no 30º Congresso Nacional da UNE, realizado em outubro de 1968 no município de Ibiúna”. “...estudantes e artistas engrossaram a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, pedindo democracia, liberdade e justiça. Disponível em: <<http://www.une.org.br/noticias/estilhacos-de-memoria-sobrevida-e-dissolucao-da-une-1969-1973/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

¹³ Com a incorporação crescente das mulheres ao mercado de trabalho, a partir da década de 1970, houve a proliferação de creches comunitárias no Brasil. Assim como, ampliou-se a demanda por espaços de educação e cuidados dos filhos dessas mulheres, logo reivindicações junto ao poder público emergiram. Cf.: TAVARES, Maria Tereza Goudard. *Movimentos sociais e a formação política de mulheres na luta por creches: a experiência do “Artcreche” em São Gonçalo. Zero-a-Seis*, v. 19, n. 36, 2017, UFSC. p. 272-289. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980->

Anistia (1974)¹⁴; e a criação dos Grupos Feministas e dos Centros de Mulheres (1975)¹⁵.

Ao trabalharem os impactos do golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964, Ferreira e Gomes discutem os fatores que puseram fim ao regime democrático e instituíram a ditadura no Brasil. Nesse contexto, os autores evidenciam a participação de mulheres em marchas de delegações femininas em municípios do interior paulista, por exemplo, onde a mulher se fazia representar pela figura das primeiras-damas (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 304). A participação de mulheres, também ocorria por intermédio de mães de classe média, ligadas à vertente católica, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Segundo cálculos divulgados na imprensa, no mínimo, participaram da Marcha cerca de quinhentas mil pessoas. Mas, considerando os que, parados, assistiram à passeata nas ruas de acesso, é possível calcular umas oitocentas mil pessoas. Isso é muita gente; em 1964, muita gente mesmo. Segundo a historiadora Aline Presot, estiveram presentes à Marcha delegações femininas de trezentos municípios do interior paulista. A mulher brasileira se fazia representar igualmente pelas primeiras-damas – as esposas de governadores – de estados importantes, como São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Esse foi um sinal verde evidente da perda de apoio que presidente sofreu após o comício (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 303-304).

Em contrapartida, nomes como o de dona Neusa Brizola (esposa de Leonel Brizola), convocavam reuniões conjuntas da Liga Feminina da Guanabara e do Movimento Nacionalista Feminino, planejando um outro tipo de manifestação:

Foram poucas organizações de esquerda que se preocuparam com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Dona Neusa Brizola, esposa de um líder de esquerda – mas mulher e mãe de “classe média” –, esteve entre os que avaliaram os fatos de forma diferente. Ela convocou uma reunião conjunta com a Liga Feminina da Guanabara e do Movimento Nacionalista Feminino para planejar um outro tipo de manifestação de mulheres para responder às Marchas. O seu projeto, porém, não foi levado adiante (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 305).

Estudantes secundaristas, universitárias, trabalhadoras urbanas e rurais, promoviam suas organizações e lideranças surgiam. A mulher se fazia constantemente presente no âmbito político, embora tenha-se conferido certa marginalidade a esse tipo de participação. Em uma de suas pesquisas, a antropóloga Mirian Goldenberg buscou acompanhar do período de 1940 a 1970 as transformações ocorridas no campo político brasileiro (GOLDENBERG, 1996). Através de partidos e organizações esquerdistas e a partir da trajetória de algumas mulheres, a estudiosa realizou entrevistas com militantes, analisou biografias, autobiografias, artigos e entrevistas encontradas em jornais e revistas. A partir disso, Goldenberg gerou uma discussão sobre a construção social da identidade de gênero no interior desses partidos e organizações de esquerda do Brasil. Acreditando que a identidade surge entre semelhanças e diferenças entre as mulheres militantes e as mulheres “comuns”, assim como, entre as mulheres militantes e os homens militantes, a antropóloga percebeu um jogo bastante complexo. As militantes, no mais das vezes, comparadas aos homens tornam-se

4512.2017v19n36p272/35619>. Acesso em: 19 ago. 2018.

14 “Fruto de uma frente política e social que mobilizou o conjunto dos movimentos sociais e dos setores da oposição. Por seu caráter humanitário e político, sensibilizou amplamente a população e teve repercussão internacional. Mesmo sem ter alcançado totalmente seus objetivos, a votação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, representou uma grande vitória das forças democráticas sobre o regime”. Cf.: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/anistia>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

15 “Movimento surgido no Brasil em 1975, na ocasião da Instituição pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Ano Internacional da Mulher, com os seguintes objetivos: identificar e denunciar as discriminações e as desigualdades que afetavam a situação da mulher brasileira, luta pela libertação das mulheres enquanto sexo dominado e oprimido, promover a conquista de direitos civis e de espaços públicos de atuação para as representantes dessa memória política”. Cf.: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

“invisíveis”, com posições secundárias dentro das organizações e partidos. Já comparadas às mulheres “comuns”, as militantes eram vistas como mais corajosas, tendo maior capacidade de renúncia, sacrifício, mas sem a possibilidade de realizar o desejo de ter uma vida normal: como esposa e mãe. No mais, Goldenberg colige que:

Anônimas, silenciosas, invisíveis... essas são as mulheres militantes que tentam recuperar o seu nome e a própria identidade contando a sua versão da história. Separadas dos companheiros, dos filhos, da família, vivendo uma vida clandestina, sofrendo violências físicas e psicológicas, essas mulheres adquiriram visibilidade nas últimas décadas. Suas histórias começam a ser contadas e a importância de suas presenças na luta política brasileira está sendo cada vez mais reconhecida, através da realização de pesquisas, documentários, filmes e publicação de biografias (GOLDENBERG, 1996, p. 17).

Uma luz sobre aspectos de um passado não tão distante, que evoca princípios identitários e/ou igualitários, mas que em decorrência de uma funcionalidade machista ficaram à margem da história. Fato que a cada dia vem se modificando através de pesquisas como a de Goldenberg, que buscam salientar os fazeres femininos: suas lutas, conquistas e aspirações. Certamente, os ideais de estética, aparência e beleza de tais períodos estão embutidos nesses fazeres e querer, e a antropóloga citada obviamente não deixa de discuti-los. Levando em consideração as mudanças desencadeadas com o início do século XX, vemos uma série de acontecimentos que culminaram numa época norteadas por revoluções de cunho político (como o desenvolvimento do socialismo iniciado na Rússia em 1917), econômico (através da feroz batalha entre dois modelos: capitalismo x socialismo/comunismo) e social (com lutas dos mais variados seguimentos, como a causa ambiental, as questões de classe e gênero). Compreendendo que todos estes vieses desembocam nas questões culturais, assimilamos que as representatividades de tais acontecimentos na vida dos indivíduos estão extremamente interligadas. É nesse sentido que Goldenberg, posteriormente, trabalha a aparência feminina, como produto do culturalmente desenvolvido, que ora fabrica, ora é criado para fornecer normas e ideias acerca da imagem:

Na segunda metade do século XX o culto ao corpo ganhou uma dimensão social inédita: entrou na era das massas. Industrialização e mercantilização, difusão generalizada das normas e imagens, profissionalização do ideal estético com a abertura de novas carreiras, inflação dos cuidados com o rosto e com o corpo: a combinação de todos esses fenômenos funda a ideia de um novo movimento da história da beleza feminina e, em menor grau, masculino (GOLDENBERG, 2002, p. 08).

O papel sem precedentes das funções adquiridas pelo corpo e pela imagem, os cuidados com a imagem, com a própria imagem, passam a reverberar a massificação de modelos estéticos no qual a beleza feminina ganhou destaque fundamental. As revistas femininas, como abordamos, assim como o cinema e a televisão, recém-chegada no Brasil nos anos 1950, adquiriram espaço num meio onde enquadrar-se num determinado modelo de comportamento e aparência tornava-se primordial para ser “bem quisto” na sociedade. Vale lembrar, todavia, que a cada período novas propostas e paradigmas surgiam e surgem. Amplificando o conceito de ‘beleza’ devemos atentar-nos para seus valores dicotômicos a cada momento histórico, pois, em meio aos múltiplos acontecimentos de uma dada sociedade, mecanismos que reverberem as representações daquilo que é praticado socialmente estão presentes. É nesse sentido que o papel da mídia se fez e se faz relevante – indo a favor ou na contramão das configurações estabelecidas. Em relação ao movimento feminista, que ganhava novas proporções nesse período, não foi diferente.

As Revistas Femininas

Para Bassanezi¹⁶ entre as décadas de 1940 e 1960 as revistas foram “uma importante fonte de informação e referência para as mulheres, principalmente leitoras de classe média”¹⁷. Adentrando os espaços domésticos, as revistas femininas atuavam como “guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação” (BASSANEZI, 1997, p. 112). Com um discurso nem sempre homogêneo e linear, as revistas participam da reprodução e da construção do ideal de felicidade conjugal. Serviam de espaço onde eram transmitidas normas e representações sociais. Até atinavam para novas possibilidades e formas de pensar as relações entre homem e mulher, desde que fossem garantidas as “bases morais e valorativas e que as vendas e a publicidade não [saíssem] prejudicadas” (BASSANEZI, 1997, p. 145). O que prevalecia era a aceitação do “natural”, do biológico, que servia inclusive como reafirmação da condição “feminina”, da feminilidade:

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história e sem possibilidades de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade, enquanto iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse seus caminhos estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que as outras pessoas fossem felizes (PINSKY, 2015, p. 609-610).

As expressões: “moça de família x moça leviana”; “boas moças x mal faladas”; “bom caminho x más influências”; “para casar x maçaneta”; faziam parte do vocabulário da época e das instruções contidas nas páginas dos periódicos. No conteúdo de *O Cruzeiro* era dado, por exemplo, que o jeito do rapaz tratar uma moça dependeria muito de seu comportamento (*O Cruzeiro*, Ed. 0033, 1958). “Deflorar-se” antes do casamento era gravíssimo, não correspondia com a “boa moral”. A noiva que não era mais virgem estava passiva de ter seu casamento anulado, no qual o recém-casado poderia alegar “induzimento a erro essencial”, garantindo punições à moça deflorada por outro (PINSKY, 2015).

Não só os “modos”, o comportamento, condiziam com a moça possuir ou não a “boa moral”. As “modas”, ou seja, a vestimenta e aparência eram fatores extremamente importantes, no que se refere a passar uma imagem virtuosa. Embelezar-se para o marido era obrigação de uma esposa boa que desejava manter seu casamento. As aventuras extraconjugais, tipicamente associadas à figura masculina, poderiam ser esquecidas se em casa o homem tivesse uma companheira perfeita e atraente. Perfeita, no sentido de não medir esforços para ver a felicidade do cônjuge. Seu dever não correspondia necessariamente em se comunicar com o marido, nem compartilhar experiências ou ideias, mas sim acompanhá-lo nas opiniões, reconhecer seus gostos e desejos, inspirando-o, confortando-o, animando-o (PINSKY, 2015, p. 628).

A moça dos anos 1950, no mais das vezes, deveria seguir uma lógica: preparar-se para a vida de esposa e mãe, estando sempre ao lado do marido e a par da vida dos filhos. A mídia propagandista e o comércio abarcavam essa procedência e utilizavam-se da vivência feminina para disseminar seus produtos “imprescindíveis” ao cotidiano. As aparições de enceradeiras, aspiradores de pó, alvejantes além de maquiagens, produtos para cabelos e higiene nos anúncios publicitários evidenciavam as conotações atribuídas ao “ser mulher”, ligado diretamente aos bens materiais do lar e aos cosméticos. Nesse panorama, retomando Raquel de Barros Pinto Miguel vemos a possibilidade que os anúncios abriam para a análise dos papéis sociais destinados às mulheres das décadas de 1950 e 1960 (MIGUEL, 2008). Refletindo ainda sobre a possível participação das propagandas na constituição das subjetividades das mulheres e homens de uma geração e utilizando exemplares da revista

16 Sobrenome de solteira usado por Carla Bassanezi Pinsky em algumas de suas publicações.

17 Segundo a autora, conclui-se a classe social das principais leitoras inferindo os “dados do IBOPE (pesquisa de opinião pública), das propagandas, dos textos das próprias revistas (que se afirmam como publicações de classe média), do conteúdo específico dos artigos e das cartas de leitores publicadas”. BASSANEZI, Carla. *Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal* (1945-1964). *Cadernos Pagu*, n.01, a 07. p. 111-148, 1997.

Capricho, a autora considera que:

As mulheres exibidas em anúncios dos anos 50, e também do início dos anos 60, retratavam o ideal da “moça prendada moderna”, uma vez que deveriam estar atentas aos cuidados da casa, dos filhos, do marido devendo, ainda, manterem-se sempre belas. Para conseguirem cumprir todas essas tarefas, as mulheres contavam com importantes aliados: batedeira, máquina de lavar roupa, sabão em pó e enceradeira de um lado, e cremes contra rugas, sabonetes perfumados e poderosos dentífricos de outro (MIGUEL, 2008, p. 04).

Concomitantemente ao ideal de “boa moça”, “boa esposa” e “boa mãe” propagado nos jornais e revistas, outro grande veículo midiático, o cinema hollywoodiano, explodia e trazia beijos apaixonados entre jovens namorados. Musas emergiam e com elas novos comportamentos e ideais de beleza. Marilyn Monroe tornava-se símbolo sexual. A exuberância e a ousadia sobreposta em seus filmes, apresentações musicais e aparições revelavam uma outra face do ser mulher e do ser “feminina”. É nesse sentido que Pinsky afirma que não devemos esquecer as pessoas que, vivendo nos *Anos Dourados*, possuíam ideais diferenciados, ousados, corajosos, ansiando renovação. Para a estudiosa foram estas pessoas que permitiram que estes anos tivessem também “outras tonalidades e cores” (PINSKY, 2015). Assim, mesmo em meio às perspectivas comportamentais intrínsecas e associadas aos anos 1950 passaram, nas décadas subseqüentes, a serem revisados e avaliados os papéis sociais das mulheres, por meio inclusive de reivindicações acerca dos códigos jurídicos, lutas contra a violência, opressão e discriminação.

O Cruzeiro em revista: feminina ou feminista?

Amplamente difundido nas propagandas, em especial as de cosméticos e eletrodomésticos, o termo “feminina” é, em *O Cruzeiro*, a compilação de conotações referentes ao “comportamento natural” da mulher: destacando sua intuição, delicadeza, amor à beleza e dedicação aqueles ao seu redor. Mesmo que de maneira sutil, perceberemos certas modificações no trato da feminilidade na passagem dos anos 1950 para os anos 1960. Entretanto, somente na década de 1970 viriam rupturas mais significativas. Ao compararmos as capas das primeiras edições de cada década, já notamos isso: se na década de 1950 imperava a figura de uma mulher doce, que prezava demasiado sua beleza, o bom comportamento, e que alcançava seu apogeu na vitória do Miss Universo¹⁸, nos anos 1960 temos o movimento *hippie* como referência, reverberando-se na moda e na postura “descontraída”. Em 1970, porém, além de aspectos até então proponentes ao masculino – como o uso de terno, de charuto – despontavam temáticas como o divórcio, sendo agente de “poder” feminino, claro, dada as devidas proporções, uma vez que foi justamente nesta década a sanção da lei que o possibilitava¹⁹.

No início da década de 1950, prevalecia nas edições de *O Cruzeiro*, a figura de uma mulher que possuía como função principal na vida, o papel de esposa. Surgiam fórmulas essenciais de como conquistar e manter um “bom casamento”, preenchendo as colunas dedicadas ao público feminino ou ainda os anúncios publicitários tomados de produtos basilares à dona-de-casa. Em um artigo propagandista de 1950 víamos o terror de se tornar uma “jovem esposa envelhecida”. Oferecendo um “antisséptico e desodorante aromatizado” para a higiene íntima da mulher, colocava-se no produto a solução de distúrbios que produziam “frieza, mau-humor, tornando-a indisponível para os prazeres da vida”. Justificava nesse comportamento feminino a possível falta de amor e indiferença do marido. Para tanto, apontava: “conserva o amor de seu espôso”, utilizando o produto e garantindo a “saúde, mocidade e beleza” (*O Cruzeiro*, Ed. 1 (6), 1950).

18 Em 1958, algumas capas de *O Cruzeiro* foram dedicadas à Miss Brasil e candidata ao Miss Universo, Adalgisa Colombo Teruzkin (carioca, 1940-2013). A modelo ficou com o 2º lugar no campeonato mundial. A primeira colocada no concurso, com direito a uma edição especial na mesma *Revista*, foi a colombiana Luz Marina Zuluaga (1938-2015).

19 Trata-se da Lei nº 6.515 de 1977.

Atentando-se, todavia, para a vida além do espaço privado que a mulher ia galgando, as revistas também abordavam o trabalho fora do lar. Claro, apontando as profissões entendidas como mais “adequadas”. Numa matéria, da qual a escritora cearense Rachel de Queiroz era autora, destacava-se a profissão de enfermeira com “mais especificamente feminina que o ensino primário, porque exige a quem a exerce não só a atitude espiritual, como o gesto material, o trabalho tipicamente de mulher, a presença da mulher”. Como pressupostos básicos, a edição trazia:

E, como tôda coisa essencialmente feminina, a profissão de enfermeira, além de tudo, tem *glamour*. Já notaram que qualquer rosto de mulher fica bonito debaixo da touca de enfermeira? Como o uniforme branco, o avental engomado, os sapatos silenciosos dão à enfermeira um atrativo ao mesmo tempo casto e irresistível, que nasce da sua quase agressiva feminilidade? Já pensaram nas possibilidades de romance, quando um môço bonito e forte é derrubado pela doença física e fica a depender da enfermeira como a criancinha de sua mãe? (*O Cruzeiro*, Ed. 5 (1), 1958).

Além de glamourizar a profissão, como fator atrativo, as “possibilidades de romance” diante dos possíveis pacientes bonitos são destaque. A oportunidade de se arranjar matrimonialmente no trabalho, mostrava a necessidade de voltar as atenções da vida da mulher ao lar, ao casamento, à vida privada. Só seria completa e realizada aquela que encontrasse seu parceiro – mesmo que a funcionalidade dela nesta relação fosse a de cuidadora, uma espécie de “mãe”.

Outro ponto notável nestas matérias das revistas, levam-nos para a indústria cosmética, ou seja, o *locus* fundamental na “fabricação” de mulheres belas. Com a chamada *o que fazem mulheres belas*, elucidava-se:

Seguindo a tradição de suas antepassadas, a mulher moderna, feia ou bonita, qualquer que seja a sua condição social, usa cosméticos para realçar traços de seu rosto ou por inconformismo de mostrar apenas o que Deus lhe deu. Para que as mulheres agradem aos homens e se satisfaçam pessoalmente frente ao espelho, milhares de operários dirigidos por outras mulheres de químicos trabalham, fabricando sempre coisas novas, pesquisando cosméticos, óleos, pastas, cremes, tinturas, esmaltes e pós. Ao lado dessa corrida de descoberta de fórmulas novas, anda a inconstância feminina que obriga a enorme indústria da vaidade a uma renovação constante. A indústria dos cosméticos é tão importante e séria como a de fabricar armas de guerra [...] (*O Cruzeiro*, Ed. 6 (2), 1958).

Pelas considerações da matéria, percebemos a existência da premissa: toda mulher usa cosméticos. Notamos também a sólida ideia de duas versões de mulheres: uma *feia* e outra *bonita*, sendo que ambas consomem aquilo que a indústria da beleza produz. Fosse para “realçar traços de seu rosto”, pelo “inconformismo de mostrar apenas o que Deus lhe deu”, para “agradar os homens” ou “satisfazer-se pessoalmente frente ao espelho”, as mulheres dependiam da química cosmética. Uma leitura mais detida permite-nos inferir que ser bela para o homem seria motivação anterior a sentir-se bonita para si. Assim como, indo adiante, atinamos para o olhar ao qual é direcionado o comportamento feminino em relação aos produtos, ou seja, a “inconstância feminina” que implicava no dever fido de renovação desse ramo - um posicionamento que remonta ao jeito feminino de tratar as situações, ou seja, pela emoção, pelo “estado de espírito”.

Esse *modus vivendi* atribuído ao feminino, pode ser notado de maneira ainda mais explícita em outra propaganda veiculada nas edições de *O Cruzeiro*. Intitulada *elas e a “eterna intuição feminina” já decidiram: English Lavander*, o anúncio dizia:

Todo homem (não importa a idade) aprecia uma homenagem, inclusive presentes! Nisso, eles vêem amor, atenção e até uma certa reverência (ilusão de superioridade...). Pois bem, não há mulher no mundo que desconheça essa “arma”. Quando se trata de um presente

(que possa dizer tudo...) elas não titubeiam, decidem-se por ENGLISH LAVANDER - fragrância suave, porém sóbria, que revela o bom gosto de quem recebe... lembra o carinho de quem oferta! (*O Cruzeiro*, Ed. 11 (2), 1958).

Assimilando a característica intuitiva como algo eterno ao temperamento feminino, a propaganda da lavanda masculina apelava para os sentimentos que o presente dado de surpresa causaria. O amor, a atenção, a certa reverência, ou melhor a “ilusão de superioridade” oferecida ao presenteado fariam parte da “arma” certa, que “toda mulher conheceria”. Mesmo sendo colocada entre aspas e dada como ilusão, a superioridade masculina e a sua manutenção, por meio do ego, estão claras no reclame. Em outro anúncio, da mesma época, agora destinado ao uso das mulheres – o sabonete *Gessy* – a proponente em questão era sentir-se “mais feminina”. Ao perfumar o corpo “delicadamente” o produto cuja a espuma era “cremosa, aveludada e abundante” ficaria perfeito usado em ocasiões *muito especiais* (*O Cruzeiro*, Ed. 14 (1), 1958).

A partir desses dois exemplos de anúncios publicitários, percebemos a necessidade de reafirmação da masculinidade e da feminilidade – ambas, no entanto, a cargo da mulher. Era dela o papel, tanto de fazer com que o homem se sentisse “mais homem”, quanto dela própria ser e se sentir “mais mulher”. Quanto antes esses preceitos fossem transmitidos às moças e rapazes, mais claras seriam as regras de convivência e os modos de lidar com o sexo oposto. Talvez, tenha sido por esta razão, de distinguir minuciosamente cada papel sexual dentro da sociedade e seus mecanismos de afirmação, a ideia de traçar esses proponentes básicos numa coluna especial dentro da *Revista O Cruzeiro*. Assinada por Maria Teresa, a seção *da Mulher para a Mulher* foi, inclusive objeto de estudo de Carla Bassanezi. Falando sobre as partes destinadas a cartas e conselhos sentimentais nas revistas a autora pontua que:

A juventude (rapazes e moças) também estava presente na seção de cartas e conselhos sob a responsabilidade de Maria Teresa intitulada **Da Mulher para a Mulher**. Em geral, as idéias desta seção seguiam as mesmas linhas das veiculadas pelas revistas femininas contemporâneas. Pautavam-se pela moral tradicional em que as distinções de gênero delegavam aos homens autoridade e poder sobre as mulheres. O feminino era definido por características tais como doçura, pureza, resignação, instinto materno, dependência, vocação prioritária para o casamento e os trabalhos domésticos. Ao masculino eram relacionadas características tais como iniciativa, participação no mercado de trabalho, autoridade e poder. O conteúdo dos conselhos dados pela revista era marcado por valores morais que favoreciam as experiências sexuais masculinas enquanto procuravam restringir e controlar a sexualidade feminina classificando os comportamentos em certos e errados, aceitáveis e inadmissíveis e as garotas em “moças de família” e “levianas” (ou “de programa”). Às “moças de família”, a moral dominante garantia o respeito social e as possibilidades de um casamento nos moldes tradicionais que as “elevava” à condição de “rainha do lar” (BASSANEZI; URSINI, 1995, p. 245)²⁰.

Nítidas são as qualidades atribuídas a cada sexo, exploradas pelas indústrias e pela propaganda no intuito de garantir e aumentar seu leque de consumidores: de um lado “doçura, pureza, resignação, instinto materno, dependência, vocação prioritária para o casamento e os trabalhos domésticos” para as mulheres. Na contramão, “iniciativa, participação no mercado de trabalho, autoridade e poder” para os homens. A leitura realizada por Bassanezi à coluna *da Mulher para a Mulher* permitiu, segundo ela, perceber a hegemonia desse modelo BASSANEZI; URSINI, 1995, p. 245-246). Dando passos adjuntos à investigação dessa pesquisadora, trouxemos alguns trechos exemplares dessa coluna feminina. Retirados também do material disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, separamos determinadas temáticas abordadas por Maria Teresa: *delicadeza feminina; o poder da cultura; e pode o marido ajudar?*

20 Grifo da autora.

Sobre a delicadeza feminina, a carta de “um leitor assíduo de *O Cruzeiro*”, presente na seção, dizia:

Sra. Maria Tereza:

Leitor assíduo de “*O Cruzeiro*” li hoje, com o agrado de sempre, a sua página “Da mulher para a mulher”, onde V. S. censura os modos indelicados de certos maridos, que magoam as esposas, respondendo-lhes agressivamente, na presença de domésticos e dos próprios filhos. Estou inteiramente de acordo com V. S. Acho, mesmo, que a mulher, só pelo fato de ser mulher, deve merecer de nós outros, os homens, tãda a consideração possível, inclusive a gentileza de nosso respeitoso silêncio, quando somos por elas agredidos moralmente. Todavia, gostaria de saber qual a sua opinião sôbre uma mulher que, tendo todo o confôrto, sendo queridíssima dos filhos e do marido, não titubeia em humilhar e ofender gravemente a êste último, sem o menor fundamento, injustamente, por meras suspeitas decorrentes de um doentio ciúme – facêta de seu caráter egoísta cem por cento – e põe em prática tais agressões morais, mesmo na presença de visitas ou de pessoas de nenhuma intimidade do casal. Que me diz a V. S. se eu lhe afirmasse que nós, os homens, também sentimos, também guardamos mágoas e que nem tudo é fácil esquecer, sobretudo aquilo que nos fere no ponto mais melindroso de nossa formação moral? (*O Cruzeiro*, Ed. 6 (2), 1958).

Vale trazer, também, o comentário da colunista antes da transcrição da carta: “fora de nossos hábitos transcrevemos hoje aqui uma carta, com a qual estamos inteiramente de acôrdo. Portanto, além dêste, não fazemos nenhum outro comentário”. Analisemos primeiro esta colocação. A partir dela, percebemos que dispor as cartas dos leitores, na íntegra e sem adendos, não era algo comum na seção de Maria Tereza. Notamos também que quando ocorreu, foi a carta de um homem a escolhida – e não a de uma mulher, que seria o público alvo e mais recorrente. Dito isto, partimos para as considerações presentes na carta. Segundo o leitor, em outra publicação, Tereza havia dito sobre a delicadeza que os maridos deveriam ter com suas esposas, e que nisso ele concordava – mesmo quando elas o “agrediam moralmente”. No entanto, ele apontava para a indelicadeza de muitas mulheres na relação conjugal. Ao longo da carta questionava a visão do marido como um “réu” e da necessidade de a colunista esclarecer-se frente “muita mulherzinha que coloca o seu ciúme, o seu egoísmo, acima de tãdas as contingências da vida, até mesmo com o risco de pôr a perder a sua própria felicidade” – leia-se, o casamento. Para o leitor, ser querida pelos filhos e pelo marido, assim como receber todo o “conforto” seriam motivações contrárias ao comportamento “cem por cento egoísta” de algumas mulheres. Insinuava a mágoa masculina diante desse tipo situação, na qual a mulher feriria a “formação moral” do homem, colocando adiante na carta, as traições masculinas justificadas dentro destas circunstâncias, pedindo os conselhos imprescindíveis da autora. Dito e feito. Maria Tereza trouxe no final da página do mesmo exemplar, as dicas para a *espôsa transviada* – que “cai na tentação do fruto proibido” quando o marido é desatencioso, mas que depois envergonha-se de si mesma e que a partir disso:

Não conta com o apoio moral de ninguém. Sente-se só, fracassada, sem direito a ser feliz [sic]. E do fundo de seu abismo só o que se pode faxer [sic] é lançar uma advertência a outras espôsas para que não se afastem da linha da decência e da moral que, conquanto às vêxes [sic] seja difícil, é a única que proporciona a pax [sic] de espírito, maior dom que se pode aspirar (*O Cruzeiro*, Ed. 6 (2), 1958, p. 85).

Vemos que, se a autora concordava em tudo com o leitor, sanciona, portanto, a traição masculina diante da desatenção da parceira, mas condena a atitude da mulher na mesma situação – por um problema de consciência e de abismo social. Observamos, mesmo que mascarado, a condição biológica atuando na condição social. A historiadora Maria Beatriz Nader afirma que além das compilações socioculturais, a questão biológica desempenha uma influência determinante nas implicações dos papéis desempenhados pelos indivíduos. Uma divisão nitidamente marcada pelo sexo e desenvolvida pelas diferentes esferas sociais. Para Nader existe uma conexão entre o fator sexual e o delineamento social, na qual as considerações feitas acerca da condição

biológica, culturalmente se estabelecem (NADER, 2001, p. 105-106). A coluna de Maria Tereza não desmente essas premissas. Nela, clarifica-se que a mulher fora designada ao pertencimento de uma categoria diferente, para não dizer inferior, relacionando o fator biológico ao seu lugar na família e na sociedade.

Passemos para a análise de mais uma temática selecionada, da coluna *da Mulher para a Mulher: o dever da cultura*. Associando o termo cultura à vida intelectual, Maria Tereza partia do pressuposto de que “o nível espiritual da família dependerá muito do valor que o casal emprestará à cultura”. Entretanto, como no mais das vezes, a mulher deveria se atentar em questão especial:

Em geral a mulher é quem mais descuida no trato da vida intelectual. E o que se vê é que a conversa feminina gira de preferência em tórno da alimentação, criadagem, doença ou modas. Mas há assuntos de capital importância para o bem-estar da humanidade, que poderiam ser estudados, discutidos, ponderados por homens e mulheres ou melhor: pelos casais. [...] Acontece que muita gente toma a leitura de revistas de quadrinhos, onde histórias de amor, fantásticas, satisfazem a uma imaginação feminina insatisfeita com seus próprios sonhos da juventude (*O Cruzeiro*, Ed. 19 (2), 1958).

O enriquecimento intelectual, claro, desembocava na fundamental boa convivência da mulher com seu par. A matéria, apesar de balizar para a “humanidade” e o bom alimento do espírito através da boa leitura (como a encontrada nos jornais), não coloca nesse fator a satisfação pessoal daquele que estuda para si mesmo – a função primeira ao se adquirir certos conhecimentos rumava na direção do relacionamento afetivo, ou seja, numa das ferramentas para mantê-lo. Não à toa, na mesma página, Maria Tereza escrevia o artigo *temor exagerado*, afirmando, na íntegra, que:

Muitas moças experimentam complexo de inferioridade, porque nas festas, não arranjam namorado. Troquemos idéias sobre o assunto. Gozar a mocidade não quer dizer apenas arranjar namorado. É certo que o sonho de quase toda mulher é possuir seu lar, ter marido e filhos. E isso, felizmente, a grande maioria consegue. Mas para chegar até lá “normalmente”, ela precisa também viver “normalmente”. De um modo geral a mulher se casa com mais ou menos vinte anos. E começa a freqüentar a sociedade aos quinze. Ora, se ao principiar a freqüentar festas arranjar logo um namorado, não se divertirá mais à vontade, nem terá muita oportunidade para escolher. Se fôr seu destino gostar logo e casar com o primeiro amor, tanto melhor para ela, se fôr feliz. Mas em regra geral isso não acontece. Conhece muitos, brinca com todos, e quando menos espera, depois de um certo tempo está prêsa a um só, àquele a quem unirá sua vida. Isso acontecerá normalmente, sem preocupações exageradas, sem temores descabidos, que retardam a vida, que atrapalham tudo, que roubam à moça a sua natural vivacidade, que constitui o principal encanto da juventude.

A moça que tem complexo de inferioridade por não ter namorado precisa fazer higiene mental: se ainda não tem namorado é porque a sua hora não chegou. Precisa estar preparada para ela. Sentimentos de derrota e frustração retardam a vida, prejudicam o futuro. A mocidade não comporta tristezas. É a época em que se brinca, em que se estuda, em que se constrói planos para o futuro. O pensamento fixo de não ter arranjado namorado dá à moça uma sensação de insegurança, de falta de confiança em si mesma. Isso a torna refratária a amizades, fá-la às vezes até desagradável para as amigas. Estas passam a evitar sua companhia, A moça se sente cada vez mais só. Ao contrário, libertando-se desse complexo a moça procurará agradar a todos, gregos e troianos, sua companhia será disputada, ela terá muitas oportunidades de brincar... e mais chances para encontrar marido (*O Cruzeiro*, Ed. 19 (2), 1958).

O texto que problematizava o complexo de inferioridade das moças que não conseguem namorado, rumava à massificada ideia sobre o desejo das mulheres em relação ao casamento, ao lar, aos filhos com o

uso das expressões “muitas”, “quase toda”, “a grande maioria”. E mesmo afirmando coisas como “a mocidade não quer dizer apenas arranjar namorado” ou “se ainda não tem namorado é porque a sua hora não chegou”, colocava num futuro relacionamento conjugal a razão existencial feminina. Ao compartilhar os eventos sociais, a partir dos quinze, e a ocorrência do casamento, por volta dos vinte anos, vinculava uma concepção idealizada, padronizada. Algo que provavelmente ocorria na sociedade brasileira daquela época (pelo menos nos meios de classe média aos quais esse tipo de texto era destinado) e que encontrava no intermediário jornalístico em questão seu arcabouço. O caminho “natural” da conquista do par, revelava isso. A naturalização de um certo comportamento social, dado como certo pelos olhos da mídia, pelo discurso da imprensa.

Mesmo apontando a importância de “brincar” antes de se unir para o resto da vida a um só homem, o texto de Teresa não dava como opção viver só, ou apenas “brincando”. O ideal era manter a “vivacidade”, fazer uma “higiene mental” em relação aos sentimentos de derrota e frustração, e “agradar a todos, gregos e troianos”, para ter sua companhia disputada e aumentar as chances de conseguir um marido.

A última matéria da coluna de Maria Teresa que nos propusemos a analisar sobre o uso do termo “feminina” trata justamente desse momento, quando a mulher já alcançou o ápice da vida: o marido, o lar e os filhos. A autora resolve abordar a *falta de compreensão*, os *trabalhos e prazeres* e a *habilidade feminina* na temática: *pode o marido ajudar?* (*O Cruzeiro*, Ed. Novembro (4), 1958).

Já pelo título e uso do termo “ajudar” percebemos que a autora entendia que o marido, segundo ela “provedor da família ... determinado pelas leis divinas e humanas”, ao exercer alguma tarefa no lar estaria apenas auxiliando a mulher, e não cumprindo uma obrigação – uma vez que esta tarefa seria “habilidade feminina”. Durante todo o texto Teresa apontava que, quando certos maridos se dispuseram “ajudar”, pela falta de atino com a lida doméstica, acabaram atrapalhando ou dando ainda mais serviço às suas esposas. A imagem escolhida para estampar a coluna, também é bem sugestiva na confirmação das premissas – um pai tendo nítidas dificuldades para cuidar do filho que faz pirraça. A visão que a mulher “não tem o direito de esperar do marido outra tarefa além da que exerce de cabeça da família” configuram o não desfazer, novamente, o arranjo cômodo natural. Tratava-se da manutenção da ordem biológica, cultural e social das coisas.

Não podemos deixar de mencionar, entretanto, os anúncios e artigos de outras sessões que apontavam para as questões emancipatórias da mulher, ou seja, que falavam sobre o feminismo e as feministas. Mesmo que de maneira superficial, alguns avanços e conquistas eram temáticas abordadas pela indústria midiática publicitária em seus discursos. A campanha do *modess*, absorvente menstrual, dava indícios disso, uma vez que a menstruação em várias épocas chegou a ser taxada como suja e perigosa (DEL PRIORE, 2013). Além de tratar com naturalidade as “regras femininas”, o anúncio presente em *O Cruzeiro* direcionava o uso do *modess* ao conforto e segurança proporcionados à mulher. Globalizando seu público com a chamada “elas tôdas acham fantástico”, aponta para o fato de o absorvente servir para qualquer mulher, pressupondo que sua embalagem “nova e atraente” não seria algo a se esconder (*O Cruzeiro*, Ed. 19 (2), 1958).

Vemos que a “feminista” estava na pauta das discussões femininas já nos anos 1950, embora de maneira incerta em seu trato, e crítica em sua forma. Mesmo assentando o termo *feminismo* em suas pautas, a mídia feminina seguia, no mais das vezes, os mesmos eixos discursivos. Ao tratar de assuntos com *a infidelidade feminina*, *a traição masculina* e *lesbianismo*, por exemplo, ou seja, temas que poderiam trazer os olhares do em suas abordagens, acabava por reverberar as conotações até então atribuídas: os lugares cabíveis a cada indivíduo no contexto social, as determinações naturais emanando as ações, a posição inferiorizada da mulher ao se tratar da racionalidade.

Pegemos uma matéria que falava sobre a infidelidade da mulher. Com as chamadas: *a traição feminina tem sempre origens em muitos choques inconscientes e entre os homens*, *a infidelidade da esposa surge não como um perigo iminente, mas como um perigo possível*, o artigo demonstrava a “incapacidade” da mulher trair racionalmente, ou ainda da falta de perigo disso acontecer numa relação – uma vez que não seria da natureza da mulher agir de tal maneira. Em relação à mulher, apontava-se que:

A infidelidade pode ter raízes em acontecimentos infelizes, negativos, para os quais a mulher se encontrava absolutamente desprevenida. É o caso da infidelidade circunstancial, que pode acontecer diariamente na vida de qualquer esposa, ou mulher. O outro tipo de infidelidade, a pretendida, é praticamente um drama insanável (*O Cruzeiro*, Ed. 12 (1), 1968).

Mesmo considerando a infidelidade *circunstancial* e a *pretendida* como possíveis de ocorrer entre as mulheres, as motivações para ambas desembocavam, sempre, em fatores emocionais – que por uma questão de descontrole ou controle premeditado, ocorriam – com fins dramáticos. Já se tratando do homem, as motivações partiriam, essencialmente de sua condição biológica, ou seja, de fatores naturais maiores que sua vontade. Se a tentativa de se manter monogâmico passou a existir, foi dado aos ditos sociais e ao sacrifício em prol de um lar, uma família, uma mulher:

O homem não é naturalmente monógamo. Todos os seus ancestrais viveram poligamicamente. O homem do século XX, depois de um processo de reeducação ditado pela sociedade, decidiu sacrificar algo de seu instinto sexual para dedicar-se com responsabilidades a um lar, uma família, uma mulher. Seu modo de vida adaptou-se a uma forma, a um padrão, porém mantém ainda no íntimo, no inconsciente, as tendências do instinto poligâmico. Essa diferença entre homem-mulher é responsável por muitos casos de infidelidade. Onde uma mulher encontra uma ou duas oportunidades para trair, o homem encontra cem (*O Cruzeiro*, Ed. 12 (1), 1968).

Na sequência do texto era dito que o fator de “pressão externa” atingia ao homem mais que à mulher. Justificava, assim, que a condição de provedor, de trabalhador do homem, o faz mais propenso às “tentações”. Uma vez sujeito a elas, seu instinto ancestral não garantiria sua fidelidade. No entanto, as novas configurações sociais, com a mulher saindo da esfera privada para a vida pública – rumando o “auxílio” no orçamento doméstico, ou ainda a uma renda para suas necessidades supérfluas –, a submetiam a estas provações. Mesmo não sendo de sua natureza, a oferta existiria, e num ato de descuido, a traição poderia ocorrer:

O “modus vivendi” de hoje obriga cada vez mais a mulher a trabalhar, para conceder um auxílio no orçamento doméstico, ou para dispor de recursos próprios à aquisição de objetos de uso particular, como joias, roupas e perfumes. E a cada momento aumenta o número de mulheres que trabalham, as quais, conseqüentemente, estão mais expostas às oportunidades de traição, de sedução pelos prazeres perigosos, pelas sensações diferentes. É o caso do “vamos variar um pouco?”, que diariamente jovens esposas ouvem nas ruas, nos clubes, ou nos locais de trabalho (*O Cruzeiro*, Ed. 12 (1), 1968).

O aspecto da curiosidade era destacado não somente em relação à infidelidade feminina, mas também à sua própria sexualidade. Com o título: *os psicanalistas se recusaram a falar do lesbianismo*, outra matéria de *O Cruzeiro*, abordava, dentre outros pontos, os “fatores do homossexualismo”; um estudo realizado por Alfred Kinsey²¹ apontando que uma entre quatro americanas havia “experimentado contato sexual” com uma mulher; a falta ou a existência de arrependimento das “praticantes”, e a possibilidade de “cura” (*O Cruzeiro*, Ed. 24 (3), 1968). Como observamos na chamada, os psicanalistas não quiseram se pronunciar na reportagem, mas havia um certo consenso sobre as possibilidades de cura – numa escala que ia de um a seis, e que apenas no estágio seis seria irreversível.

No artigo, tinha-se que a experiência lesbiana era mais comum entre as jovens, solteiras – que estariam na fase de descoberta dos prazeres. Era mencionado que o homossexualismo masculino seria mais “bem aceito”

21 Alfred Kinsey (1894 - 1956) foi um biólogo americano, professor de entomologia e zoologia e sexólogo. Fundou o Instituto de Pesquisa do Sexo na Universidade de Indiana nos anos 1940.

por ser mais recorrente na sociedade²². Trazia-se, ainda, a entrevista com algumas lésbicas sobre a normalidade da mulher nessas circunstâncias. Dentre elas, destacamos:

Para T. Moreira a normalidade sexual é um ponto de vista apenas. Cada vez que a chamo pelo sobrenome, torna-se mais agradável na conversa. É uma mulher de belos traços, com olhos marcantes. Uma característica de tôdas as lésbicas que encontrei foi um olhar agressivo, numa tentativa de masculinizar as feições, muitas vêzes conseguida (*O Cruzeiro*, Ed. 24 (3), 1968).

Mesmo a entrevistada colocando o “ser normal” (objeto da pergunta) como um ponto de vista, para a pessoa entrevistadora o que sobressaiu foi a possível identificação de traços masculinos na moça. O fato de “tornar mais agradável a conversa” ao chama-la pelo sobrenome, indicando a propensão de um tratamento, à época, usualmente masculino, reflete isso. Mesmo sendo ela uma “mulher de belos traços, com olhos marcantes”, a tentativa de globalizar as lésbicas como detentoras de “um olhar agressivo”, expunha a necessidade aparente de enxergar no lesbianismo a vontade de se alcançar aspectos masculinos.

Entrava em cheque a questão fundamental da aparência: parecer-se feminina, para ser feminina. Vejamos o artigo com o chamativo título *quanto custa a mulher?*, baseado nas opiniões do professor Carlos Pacheco e Silva Filho, psiquiatra paulista e catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo:

A análise do “preço de uma mulher” implica numa avaliação da estrutura psicológica do homem e da mulher, pois ambos estão relacionados e se influem reciprocamente. [...] a maioria das mulheres ainda procura compensar o sentimento arcaico de desvalorização inconsciente, que perdura desde o tempo em que elas eram totalmente submissas ao homem. “Em certos casos, quanto mais gastam consigo melhor elas se sentem”. [...] E ao contrário desse tipo de mulher, há as “independentes”, que se mostram indiferentes às valorizações, elas procuram competir com outros meios, com o homem, fora do lar. Essas são as mais “baratas” para o homem. Mas então – pode-se perguntar – onde fica a autenticidade feminina? Se tanto as bonecas mimadas como as intelectuais (apesar da aparência contrária) se mostram tão neuróticas e infelizes? (*O Cruzeiro*, Ed. 24 (3), 1968).

O conteúdo da reportagem, como notamos, tratava de investigar quanto uma mulher gasta com produtos de beleza – embora o título desperte outros sentidos, em relação ao *valor* de uma mulher. Eram anunciados dois tipos de mulheres: as “bonecas mimadas”, que seriam “caras” em relação ao número de produtos utilizados e as despesas demasiadas que dariam ao marido; e as “intelectuais”, que por buscarem o trabalho fora do lar e pelo desejo de competirem com os homens, seriam “baratas”. Ambas, no entanto, mostravam-se “neuróticas e infelizes”. Nesse sentido investigativo de valores, lançou-se na matéria as seguintes perguntas: “quanto custa a beleza? Quanto gasta a mulher para manter sua secular sedução? Qual a média de gastos mensais em produtos de beleza (cosméticos, salões e roupas)?” Para Noemi, a entrevistada da vez, entre NCr\$ 500,00 a NCr\$ 1000,00 por mês²³.

22 “O termo ‘homossexual’ foi cunhado pelo médico suíço Karoly Benkert em 1869, sendo posteriormente utilizado por profissionais de saúde no âmbito da sexologia e da psiquiatria” (SANTOS, 2006, p. 9). No entanto, com estudos feministas, gays e lésbicos, e as críticas sobre a desnaturalização dos sexos, tal termo vem sendo substituído pela sigla internacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais). A justificativa para a mudança seria que enquanto o termo “homossexual” está fortemente ligado à medicina e à consequente patologização de comportamentos sexuais, LGBT escaparia a essa herança simbólica. Esta sigla também vem sofrendo discussões. Exemplo disso, é a utilização de LGBTI (incluindo desta feita as pessoas que se identificam como intersexuais), ou LGBTQ (incluindo a categoria *queer*). SANTOS, Ana Cristina. Estudos *queer*: Identidades, contextos e acção colectiva. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], nº 76, dez. 2006, p. 3-15. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/813>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

23 Convertendo o valor, de cruzado novo para reais, os gastos de Noemi equivaleriam, em 2018, a cerca de R\$ 8.000,00 a R\$ 16.000,00. Baseado no sistema de conversão de valores do site: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Estendendo a outros valores, percebemos a quão abastada era Noemi. O salário mínimo em 1968, por exemplo, era NCr\$ 129,60, ou seja, R\$ 2073,60. Dados do site: <<http://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Existe a mulher que aceita plenamente sua feminilidade, que sente sua realização como esposa, mãe e dona de casa, sem que isso implique em uma submissão ao homem. Há também a mulher que é capaz de manter interesses culturais, e mesmo ter uma profissão na qual encontre satisfações adicionais, não desprezando a boa aparência e suas possibilidades de sedução. Essa é a mulher madura, psicologicamente. A companheira e amante do marido, capaz de, com ele, construir um lar feliz. Essa mulher não é – em termos de despesas – nem “cara”, nem “barata”, pois não precisa provar nada a si mesma. Ela aceita seu sexo naturalmente, como situação biológica e existencial, que lhe oferece inúmeras oportunidades de realização e felicidade (*O Cruzeiro*, Ed. 31 (3), 1968).

A relação entre o uso de produtos de beleza com a arte da conquista, ou então, o fato de ser bela para conquistar ou manter um homem atraído, parecia ser a equação básica e óbvia desse contexto. A mulher ideal? Aquela que conseguia ser feminina, “aceitando seu sexo naturalmente”, gastando nem muito, como Noemi, nem pouco com sua aparência, sentindo-se realizada e feliz com as “inúmeras oportunidades” que sua situação biológica e existencial oferecia. Unir beleza e cultura eram a resultante da postura de uma “mulher madura”. Preocupada com essa relação entre a mulher bela e culta, figuras munidas com esses requisitos ocupavam matérias “inspiradoras”. É o caso da reportagem especial com Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, na qual o contraponto entre os termos “feminista” e “feminina” começava a ser trazido de maneira mais concisa. Intitulada *o bem-me-querer do parlamento*, o texto de 1950 apresentava:

[...] convencida de que a mulher tem os mesmos direitos e possibilidades do homem, arvorou-se em cronista parlamentar. Grande admiradora de seu tio-avô, Getúlio, participou da campanha queremista, ocasião em que falou pela primeira vez em público. Ela defende os direitos da mulher, mas não é feminista: é feminina (*O Cruzeiro*, Ed. 0002 (1), 1950).

Podemos perceber na fala sobre Ivete Vargas que associar sua imagem ao feminismo, mesmo acreditando em preceitos desse movimento (“os mesmos direitos e possibilidades do homem”), não seria conveniente. O mais propício, para uma mulher, seria declara-se feminina. Essa era uma postura recorrente nos textos e entrevistas a mulheres em *O Cruzeiro*. No mesmo ano, tínhamos na já abordada coluna *Da Mulher para a Mulher* de Maria Teresa uma discussão intitulada: *Feminismo X Cavalheirismo* (*O Cruzeiro*, Ed. 0016 (1), 1950). A grande questão da colunista era discutir se com o avanço do feminismo o cavalheirismo desapareceria. Para Maria Teresa o fato da mulher querer ser livre e gozar das mesmas prerrogativas que o homem ameaçaria a existência do cavalheirismo. Isso porque “dois lados parecem intimamente ligados: ou melhor, um parece decorrente do outro. Resta saber se a existência do primeiro compensa a ausência do segundo”. Nesse sentido, Teresa explicava que o feminismo abria para a mulher horizontes completamente novos e oferecia-lhe “o perigo de uma interpretação errada, tomada às tantas, sem uma previsão adequada de consequências”. Alertava para as “feministas acirradas” que queriam ter o “mesmo direito de errar que os homens”. Teresa considerava esse pensamento “atrofiado”, uma espécie de direito precário, pois na verdade ninguém teria o direito de errar. Para ela, homem e mulher seriam simplesmente seres humanos, em face do bem e da verdade, de acordo com a classificação de seu sexo, “de acordo com a natureza física de cada um”. Ou seja, mesmo remontando a crível igualdade entre ambos os sexos, Teresa colocava-os como veredito classificatório entre homens e mulheres, seguindo os aspectos “naturais” e suas respectivas desinências. Com base nisso, tornar-se feminista incorreria no erro de uma possível masculinização da mulher:

O feminismo que pretende masculinizar a mulher incorrerá no grave erro de querer demais: seria querer mudar a natureza humana, criação divina. Nenhuma mulher, para gozar das prerrogativas do feminismo, precisará assumir atitudes masculinizadas. Se a elevada mentalidade feminina da época atual rebele a figura de donzela pálida e delicada que se deixava ficar em casa suspirando de amôres, nem por isso exige que a mulher tenha a força de um Hércules para mostrar que é evoluída. “Modus in rebus” (*O Cruzeiro*, Ed. 0016 (1), 1950).

A autora explorava um lado feminista que, pretendendo a paridade com o homem, buscava mostrar-se evoluída em termos de força física. Tereza coloca novamente a “natureza humana” como incoerente com esse desejo e acrescenta a lei divina como argumento contra a necessidade errônea de se assumir atitudes masculinizadas. Na sequência, dizia que os tempos ‘atuais’ pareciam melhores que os antigos, pois a mulher não era mais tratada como um “objeto de adorno ou máquina destinada a diversos fins” pelo homem. Tabus sobre a inteligência superior masculina também caíam frente a percepção de que as facilidades aos meios de desenvolvimento deles (níveis de escolaridade, por exemplo), não eram dadas às mulheres. Para Maria Teresa, antes “havia cavalheiros, sim: mas havia também a mulher oprimida, sem direito de estudar e progredir intelectualmente: sem poder dizer o que pensava e de opinar com conhecimento de causa”. Desse modo, concluía:

O feminismo, portanto, representa uma grande vitória feminina: mas dentro dêle, a mulher precisa conduzir-se sem paixões. Livre para pensar e para agir, ela deve compreender por si mesma que não pode nem deve fugir às principais missões inerentes à sua natureza e fora do mais, ainda que sob a passageira ilusão de ter atingido a perfeição, terminaria por sentir-se profundamente infeliz (*O Cruzeiro*, Ed. 0016 (1), 1950).

Mesmo apontando “uma grande vitória feminina” com o feminismo, Teresa advertia para sua condução livre das paixões. Uma compreensão na qual a mulher, por mais liberta que fosse, deveria manter-se fiel às “missões” que sua natureza lhe dera. Referindo-se, certamente, ao papel de companheira do marido e mãe zelosa, a colunista inferia que, fugindo do destino natural, o mesmo feminismo que levaria a mulher a ilusória perfeição, conduzi-la-ia à profunda infelicidade.

Durante a década de 1960 poucos aspectos em relação a essa visão foram alteradas. Por mais que as matérias e entrevistas apontassem para avanços libertários da mulher, continuavam conduzindo o feminismo de maneira cautelosa, tomado por concessões e “tipos de feminismo”. As abordagens nas páginas de *O Cruzeiro*, sobre o tema, também não obtinham grande espaço. Dentre as poucas matérias encontradas sobre os termos “feminismo” e “feminista” na Hemeroteca Digital, três nos chamam a atenção. Duas deles são de autoria da escritora cearense, Rachel de Queiroz. O primeiro, de 1963, presente na coluna *Assunto de Mulher*, Rachel dissertava sobre o Movimento de Arregimentação Feminina (MAP). Segundo ela, este seria um movimento pobre, que não lutaria contra pessoas, mas contra coisas e situações, não teria “côr partidária” e que não era feminista, “mas feminino”, pois não queria competir como o homem, mas colaborar com ele. Notamos o termo feminista sendo utilizado como fruto de um movimento que luta contra os homens, e não necessariamente a favor das mulheres. Visando mantê-la em seu lugar natural, o MAP oferecia a “oportunidade de agir no plano social em prol do bem comum”, sem a mulher “abandonar sua casa” (*O Cruzeiro*, Ed. 0011 (1), 1963).

No segundo artigo, *Lavôro* de 1964, Rachel de Queiroz, trazia experiência pessoais. Considerava que a “sua geração”, ou a antecessora, que se rebelou contra a opressão feminina. Por isso, segundo ela, era comum mulheres de sua idade ou mais velhas, mostrarem-se desprezando os “símbolos da escravidão feminina, do gineceu, do harém, da clausura dos conventos”, mas que as mais jovens, não educadas em colégios de freiras, não sentiam a obrigação de serem modernas e feministas. Nesse meandro, questionava: “repararam como a palavra feminista quase desapareceu?”. Completava: que as funcionárias, mulheres de negócio (exaustas), profissionais, médicas, advogadas e engenheiras, “olham com nostalgia e curiosa sedução para alguma anacrônica companheira que ainda borda as camisinhas de seus bebês e faz sapatinhos de lã” (*O Cruzeiro*, Ed. 0028 (1), 1964). Ao colocar a mulher saudosista das funções femininas do passado como anacrônica, a autora expunha, por outro lado aquilo que foi “perdido” nos fazeres femininos. Considerando a palavra “feminista” praticamente extinta do vocabulário da época, também inferia que as conquistas feministas teriam alcançado certa completude. Entra aí a terceira matéria selecionada dos anos 1960. Trata-se de uma reportagem sobre os *segredos e revelações da História do Brasil: As primeiras doutôras*, do autor Pedro Calmon. Crendo, igualmente, no movimento feminista como algo acabado apesar dos resultados emancipatórios não totalmente satisfatórios, colocava que:

A emancipação da mulher foi o fato decisivo da evolução social – a que ainda não se fez a devida justiça. Falta-lhe sobretudo a história, que nos conte as peripécias dessa conquista lenta e pacífica, mercê da qual enchem hoje as escolas superiores – em grupos crescentes, na mais bela e promissora invasão de inteligência, capacidade e graça – de jovens candidatas ao título acadêmico (*O Cruzeiro*, Ed. 0028 (1), 1964).

Para Calmon faltava a história fazer justiça aos feitos decisivos dessa “evolução social”. Era preciso contar as “peripécias” de uma conquista lenta e pacífica que se conclamava na entrada abrangente de mulheres no ensino superior. O uso de adjetivos como “bela” e “graça” associados à promissora inteligência e capacidade das jovens em busca de um título acadêmico, remontam qualitativos femininos em sincronia com as conquistas feministas – uma possível tentativa de desassociar os campos do conhecimento científico estritamente a ala masculina, ao mesmo tempo em que mantém atributos físicos e comportamentais “naturais” da mulher.

Na década de 1970, os termos “feminista” e “feminismo” passaram a ser mais recorrentes em *O Cruzeiro*. Isso não quer dizer, entretanto, que as abordagens diferiam profundamente das concepções trazidas nas duas décadas anteriores. Além de apresentar temáticas relacionadas às problemáticas da atmosfera familiar (devido a emancipação feminina e a não-lida masculina frente a isto), muitas colunas reproduziam os estigmas envolvendo a “intransponível natureza feminina”, prosseguindo na oposição feminino x feminismo. Não significa, todavia, que novas abordagens estivessem ausentes.

Em uma matéria especial chamada *amor, doença ou produto industrializado*, a qual foram dedicadas várias páginas da revista, colocava-se que “do amor nasce o casamento. E chegam os filhos, que têm de enfrentar um mundo hostil e despreparado para recebê-los. Como um círculo vicioso, a falta de amor os coloca como adversários dos pais” (*O Cruzeiro*, Ed. 0024 (1), 1970). Assentando o amor como fonte única para a união matrimonial e prosseguindo na ordem naturalizada da chegada dos filhos pós-enlace, o artigo tratava das hostilidades mundanas e o enfrentamento do casal frente ao ciclo vicioso instaurado de final fatídico: a falta de amor de suas crias. Nesse panorama, dissertava sobre as mazelas adquiridas para uma família degradada. Tinha-se aí o primeiro subtítulo do artigo: a *superioridade do homem*. Nele, situava -se como esse *status* masculino fora sustentado ao longo dos séculos:

A mulher é mais fraca que o homem, possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menos capacidade respiratória, corre com menos velocidade, ergue menos pesos, não há quase nenhum esporte em que ela possa competir com o homem, não o pode enfrentar na luta. A essa fraqueza junta-se a instabilidade, a falta de controle, menor firmeza, menor perseverança em projetos, que é também menos capaz de executar. Simone de Beauvoir, líder feminista, porém, repele dados: “Onde a violência corporal é proibida por leis e pelos costumes, a energia não pode alicerçar um domínio”.

Entretanto, toda essa discussão sobre tal superioridade do homem sobre a mulher se prende a fatores econômicos. O homem, como detentor do poder financeiro, sempre teve a condição de se colocar no alto, sendo assim aceito pela própria mulher, como o “príncipe encantado”, que deveria ser príncipe (bonito) para que o “encantado” tivesse dinheiro e valor. Tudo isso faz parte da série de “mitos”, dos quais os modernos ainda não conseguiram livrar (*O Cruzeiro*, Ed. 0024 (1), 1970).

Tratando as justificativas da supremacia masculina como “mitos”, a matéria caminhava rumo a desnaturalização dos ‘papéis’ sexuais. Trazia a célebre escritora feminista, Simone de Beauvoir, como voz contestadora discutindo a utilização argumentativa sobre a força física do homem como instrumento de dominação. Além disso, pontuava o qualitativo econômico e a aceitação da própria mulher ao sistema que tem no indivíduo do sexo masculino alguém superior e idealizado (o príncipe encantado). Portanto, apenas nos anos 1970 temos uma visão remontando as querelas feministas distanciadas das “paixões femininas”. Em outra edição da revista, também em 1970, a matéria *a rebelião das mulheres* trazia como máxima o cenário estadunidense: *depois do*

Poder Negro, o Poder Feminino. Mesmo colocando entre aspas as expressões “privilégio dos homens” e “patriarcado”, nesta reportagem a luta por direitos feministas é vista como o “fato mais importante” daquele momento:

A manifestação feminista pela igualdade de direitos foi o fato mais importante da semana que passou, nos Estados Unidos, 50 mil pessoas – senhoras de chapéus floridos, universitárias, donas de casa e políticos oportunistas – movimentaram a 5ª Avenida, em Nova Iorque. Idênticas passeatas aconteceram em outras cidades, numa reação em cadeia que levou às ruas contra o que elas classificam como “privilégio dos homens” e “patriarcado” na sociedade americana. [...] A batalha que as mulheres estão travando pelos seus direitos é o fato mais importante deste verão que chega ao fim. A violência no movimento de rebeldia por parte dos negros arrefeceu pouco a pouco, e quem ganha as manchetes são as mulheres. Uma faixa gigantesca foi colocada no pedestal da Estátua da Liberdade: “Mulheres de Todo o Mundo, Uni-vos” (*O Cruzeiro*, Ed. 0037 (4), 1970).

É inferido que a estabilidade do movimento negro, após uma onda de “violência” e “rebeldia”, gerou um cenário mais tranquilo para as manifestações feministas. As mulheres passaram a ganhar espaço nos jornais e noticiários, inclusive nessa mesma edição de *O Cruzeiro*, com uma reportagem especial intitulada: *Feminino x feminismo: no meio da campanha, saias dão vivas à diferença homem-mulher*. Trazendo pelo lado feminista as conquistas legislativas como a queda da restrição ou expulsão de mulheres em lugares públicos (bares, restaurantes e demais locais), a matéria aponta que essa “grande vitória” fez com que o movimento se tornasse “mais agressivo a cada dia”, inclusive “mobilizando a opinião pública”. Em contraponto à “agressividade”, percebemos a tentativa de evidenciar traços de ‘feminilidade’ nas manifestantes (com o uso de chapéus floridos), ou ainda o uso de saias, diferenciando-as dos homens e da masculinização, recorrentemente, atribuída às feministas.

Entrevistando uma das manifestantes, lançava-se a expressão “égide do matriarcado”. Mesmo tendo como premissa a igualdade entre os sexos, talvez determinadas correntes feministas enxergassem o feminismo como uma espécie de reviravolta feminina, ou seja, a supremacia das mulheres sobre os homens (em especial as personagens trazidas em forma de depoimentos na matéria: sobre a expulsão de bares, as ofensas em localidades públicas, a desigualdade sexual ou a minoria parlamentar daquelas que representavam 51% da população estadunidense e maioria no eleitorado):

Do ponto de vista das mulheres, a sociedade norte-americana não se ergue de forma alguma sob a égide do matriarcado. E, quando os homens afirmam isso, estão apenas encobrindo a verdade com uma deslavada mentira. O que eles querem é uma companheira para fazer filhos e nada mais, além de lavar roupa e cuidar da casa. Em suma: um instrumento dócil para o sexo (*O Cruzeiro*, Ed. 0037 (4), 1970).

Em contrapartida às críticas feministas, principalmente em relação ao papel de esposa e mãe ou de “instrumento dócil para o sexo” e procriação, a matéria abria espaço para uma manifestação de mulheres contra o “exagero da campanha feminista”. Nesse momento, em específico, tratava de maneira ironizada o movimento, que já teria alcançado êxito com o sufrágio, satirizando, justamente, o “desejo de supremacia feminina”:

Mas agora, comemorando 50 anos da conquista do voto feminino, elas estão querendo mudar completamente a situação. Em Nova Iorque ..., Washington, Chicago, Detroit e muitas outras cidades do Oeste, a mulher americana está exigindo tudo: igualdade de tratamento, aborto grátis e até proibição de os homens se esterilizarem sem o consentimento delas (*O Cruzeiro*, Ed. 0037 (4), 1970).

Em meio a um pensamento jocoso midiático e social reproduzidos sobre a feminista, e assim como vimos nas décadas de 1950 e 1960, muitas mulheres tinham receio ou aversão em se colocarem como tal.

Isso ocorria, por exemplo, em matérias com celebridades brasileiras da época. Em 1974, uma entrevista com Ionita Guinle, modelo e socialite, trazia a seguinte chamada: *movimento feminista é coisa de mal-amada*. No conteúdo:

FEMINISMO É PARA REPRIMIDAS. Para ela, mulher tem que ser maravilhosa. Bem cuidada. Feminina em tudo, inclusive nos conceitos, que não podem ser radicais:

- É tão bom a gente ter um homem perto da gente. A mulher tem necessidade afetiva, no sentido de ser protegida, em todos os momentos e circunstâncias.

As que levantam a bandeira de igualdade e emancipação são vistas por Ionita Guinle como “um bando de recalcadas, mal-amadas, reprimidas”. Ela é contra todos esses movimentos feministas e acha que em qualquer relação homem-mulher os direitos e deveres são os mesmos, sem a necessidade de nenhuma exacerbação feminista:

- A mulher, por mais que tente e lute, jamais vai ser igual ao homem (*O Cruzeiro*, Ed. 0018 (2), 1974).

Segundo a modelo, ser “radical” nos conceitos ia contra o comportamento da mulher feminina. Liga a figura feminista à de uma mulher malcuidada, ou seja, atrelando o termo ao modo com o qual a mulher se aparentaria. Alegava a necessidade de proteção da mulher por um homem, preconizando que as feministas seriam “reprimidas”, “recalcadas” e “mal-amadas”. Achava que a relação entre homem e mulher possuía os mesmos direitos e deveres, mesmo afirmando, dicotomicamente, que eles jamais serão iguais. Sendo assim, se dizia contra os movimentos feministas. Wilza Carla, vedete, atriz e humorista, trazia em 1978 um discurso parecido:

Eu sou feminina, não feminista. Você disse que as mulheres reclamam da falta de homem? Nada disso! Tem muito homem por aí, até sobrando, O que existe é a falta de habilidade da mulher para conseguir segurar o seu homem. Eu, por exemplo, tenho profissão que geralmente é ocupada por homem. No entanto, sou feminina, eu não fico partindo para a disputa com o homem, nem mostrar que sou mais homem que ele. Prefiro ficar em casa fazendo aquele charminho. Hoje em dia, a mulher não deixa o homem ser machão (*O Cruzeiro*, Ed. 2433 (1), 1978).

Discorrendo sobre a reclamação das mulheres pela “falta de homens”, negava e contestava a afirmativa. Para Carla, o que impediria a mulher de “conseguir” um homem seria seu desejo de disputa, ou seja, mostrar-se “mais homem” que ele. Ao se considerar também feminina e não feminista, declarava preferir deixar o papel de “machão” para o indivíduo do sexo masculino. Novamente notamos o conceito “feminino” atuando como algo natural da mulher, que não deveria ser “corrompido” por ideais revolucionários. Tratava-se, ademais, de uma forte arma de conquista, evidenciada pelo “charminho”, pela característica dócil e passiva. Em ambas as falas, as personagens (Guinle e Carla) apontavam para ideais de feminilidade ligadas à aparência e ao comportamento. Mais que isso, inferiam que ser feminista era completamente contrário a estes ideais. Apostando na manutenção de um padrão feminino que necessitava de cuidados e atenção preconiza as continuidades também de ideias masculinos: o provedor, que conduz, confere estabilidade e segurança através de uma união conjugal, proporcionando um lar, filhos e felicidade – ou seja, aquilo que preconizava a maior parte das colunas femininas de *O Cruzeiro*. Na visão das artistas brasileiras, o feminismo pressupunha a mulher como superior ao homem, em disputa com ele. Sendo elas crentes da “igualdade” entre os sexos, achavam mais conveniente se autoproclamarem “femininas”.

Na última reportagem selecionada dos anos 1970, trazemos a continuidade dessa relação mulher-homem,

feminino-masculino, em termos de atuação social-comportamental. Agora, sob o aspecto já da vida conjugal, aborda-se a visão de duas especialistas – uma psicóloga, Heloísa Negrão Stucchi; e uma promotora, Maria Cláudia Foz –, sobre o aumento gradativo da violência entre marido e mulher. A causa comum encontrada por elas: a libertação feminina.

- O movimento feminista trouxe uma série de conseqüências, inclusive pegando de surpresa o homem. E essa libertação, que atravessa uma difícil fase de transição, fez com que o homem agisse com pouca ou quase nenhuma compreensão, e ao invés de moldá-los ao novo fenômeno, o transformou mais ainda em um selvagem. Para a psicóloga, homens e mulheres atualmente parecem estar em constante guerra. A mulher, segundo ela, precisa aprender a manobrar, a dirigir seu movimento de libertação, sem contudo esquecer sua função de companheira. Diria, mesmo, seu papel de fêmea, junto àquele que escolheu para unir-se.

- Sim, porque até mesmo os desajustes sexuais, que podem vir no bojo da libertação feminina, são motivos para agressões. Acho que a mulher deveria reunir melhores condições de harmonizar seus anseios com a vida moderna, a vida comum, na família e no lar (*O Cruzeiro*, Ed. 2424 (1), 1977).

Com os subtítulos: *sindicato das espancadas, problemas de pais para filhos, mulher propriedade, e cada tapa tem seu preço*, iniciava-se a matéria discutindo a agressão que sofreu a pipoqueira Maria Perpétua, sendo assassinada pelo marido na frente dos filhos, e dos reflexos negativos nas vidas destes: problemas de linguagem, gagueira, dificuldades psicomotoras, etc. Para a psicóloga, Heloísa Negrão, a agressão sofrida por Maria Perpétua “não é um fato isolado, que poderia ser interpretado como a ignorância gerando a força”. Aliado a isso, “a vida agitada e asfíxica das grandes cidades” seria uma outra fonte de “influência maléfica”. Para a especialista, tratava-se de um cenário “onde tudo parece contribuir para um clima de violência”. Nessas circunstâncias, “o homem ciumento, irritado com a boneca que tem em casa, resolve castiga-la de forma mais eficiente, batendo”:

Na visão da psicóloga... O homem, sempre muito cansado, lutando cada vez mais para ter dinheiro, competir, subir, na vida profissional, parece estar possuído de uma terrível carga de violência interior. Esta pode explodir a qualquer momento e o mais comum é isto acontecer em casa, junto à esposa. É lá, que o homem quer encontrar apenas repouso, muita calma e distração. Se ao invés disso, ele encontra a mulher mal-humorada, reclamando de tudo ou de todos, fatalmente sua explosão se dará com toda a carga (*O Cruzeiro*, Ed. 2424 (1), 1977).

Reproduzindo o pensamento das celebridades entrevistadas nas matérias aqui abordadas e os conteúdos das décadas de 1950-1960, a psicóloga via como causa maior dos problemas familiares, e especialmente conjugais (além das pressões externas ao lar), o comportamento da mulher. Como se determinadas atitudes nomeadas por ela como mal-humor e reclamação fossem um gatilho justificável para a agressão masculina. Nesse sentido, reforçava a imagem de uma mulher que, por prezar a companhia e sustento de seu marido, devia se esforçar ao máximo para agradá-lo, para fazer de sua estadia no lar um lugar de repouso e distração. Já na visão da promotora, a questão financeira prevaleceria como ponto principal da violência. No entanto, a mulher, continuava ganhando *status* de “estopim” para a agressão do marido:

Para a promotora pública... toda a violência física entre marido e mulher pode ter origens no excesso de dinheiro, excesso de posses e de futilidade. Ao contrário dos casais mais pobres e mesmo marginalizados, os mais prósperos acabam numa desarmonia total em razão do excesso. A esposa quer apenas embonecar-se, vai se tornando dia a dia mais

fútil... descuidando-se até mesmo da educação dos filhos... E num determinado dia, onde tudo parece contribuir para um clima de violência, o homem ciumento, irritado com a boneca que tem em casa, resolve castigá-la de forma mais eficiente, batendo (*O Cruzeiro*, Ed. 2424 (1), 1977).

Além da condição patriarcal de “marido que traz dinheiro para mulheres e filhos totalmente dependentes”, a promotora colocava a mulher num papel de extrema frivolidade: uma boneca fútil que causa ciúmes no marido e, por isso, recebia um castigo eficiente, a agressão física. Ademais, a alegação da promotora sobre o excesso de dinheiro ser a origem da violência doméstica é, nas condições da reportagem, contraditória. A personagem inicial da reportagem, como citamos, era uma pipoqueira. Inere-se que tal mulher não possuísse uma renda alta, sendo que o próprio fato de precisar trabalhar fora de casa para “auxiliar” a figura do marido provedor denota isso. Portanto, as colocações de Maria Cláudia Foz sobre a harmonia dos casais mais pobres – que por não terem “excesso” não teriam as tensões que os casais mais “prósperos” possuíam – vai na contramão da história vivenciada pela personagem principal do debate: a pipoqueira, Maria Perpétua.

Em outro patamar discursivo, agora reforçando mais as rupturas do que as permanências circunscritas na revista *O Cruzeiro*, temos em 1978 campanhas de roupas apostando na igualdade de vestimenta entre os sexos: o *unissex* (*O Cruzeiro*, Ed. 2450 (1), 1978). Em especial, uma campanha de agasalhos esportivos, mostrando a paridade da vestimenta para homens e mulheres num contexto envolvendo a questão física – tão questionada, em especial, sobre a supremacia masculina. Um importante fomento nas querelas envolvendo as capacidades de condução do corpo e nos modos de vida, vez que pressupunha a realização das mesmas atividades para homens e mulheres.

Considerações finais

Trazendo o panorama da indústria cultural em consonância com os estudos da categoria gênero, podemos inferir que os discursos presentes na revista *O Cruzeiro* funcionavam como instrumento de produção e difusão cultural, embutidos de representações e práticas culturais. Através das análises da revista, percebemos que padrões de mulher, feminino e feminismo estavam, no mais das vezes, pontualmente determinados. As figuras femininas e feministas reverberavam um ideal social, explanavam qualificações abrangentes, difundidas de forma ampla, classificando maneiras de “ser mulher”.

Contrário aos imperativos femininos estava o feminismo como seguimento que, apesar das conquistas de direito, imprimia masculinização à mulher. A própria abordagem do termo “feminista” evidenciou os meandros tímidos, obscurecidos ou taxativos com os quais o conceito era empregado nas colunas, matérias, reportagens e entrevistas de *O Cruzeiro*. Mostrou-nos, inclusive, a forma não sequencial com que a abordagem feminista foi trazida: se em 1950 encontrávamos alguns textos sobre feminismo e feministas, na década de 1960 houve uma atenuação dessas ocorrências, voltando a ser discutido com um pouco mais de espaço em meados dos anos 1970. Uma possível explicação para esse fenômeno perpassa pela noção de que, ao levantar novas concepções sobre as atuações e direitos da mulher, a onda feminista do final dos anos 1960 trouxe à tona questões ainda não resolvidas por estarem “adormecidas”, dadas como satisfatórias, solucionadas ou inexistentes tanto para a sociedade quanto para a imprensa. Com um novo levante de questões, no entanto, a mídia teve a necessidade de abarcá-las de tomá-las para discussão. Daí a reflexão sobre a insurgência de discursos adversos em *O Cruzeiro* – pois, da mesma maneira que determinadas mulheres não se sentiam representadas ou se apropriavam do estilo de vida dos “anos dourados”, outras encaravam com receio ou aversão as manifestações e atuações das “revolucionárias” nos anos 1960 e 1970. O reflexo dessas desinências adversas, reverberavam na mídia.

Apesar desses complexos subjetivos, notamos no decorrer das análises que a tentativa objetiva de firmar certa identidade à mulher, perpassava por esses dois eixos principais: ou se era feminina ou feminista; ou se era vaidosa ou malculhada; ou aceitava seu destino natural como esposa e mãe ou era mal-amada. Identidades

polarizadas que se distendiam nelas mesmas: “feminina pálida x feminina culta” e ambas *versus* “feminista acirrada x feminista não-passional”. Identidades, no sentido de alocar as mulheres em forma física e conduta estritamente definidas. Tratava-se de um processo que tendia garantir a manutenção funcional de representações dominantes: das diferenças bem estabelecidas entre os sexos e entre as próprias mulheres. Um lugar onde feminilidades e masculinidades possuíam recintos mutuamente distintos: público x privado, racional x emocional, forte x fraco, e assim por diante.

Entretanto, a visão opressiva que coloca as mulheres como meros objetos submissos à estrutura, à dominação masculina e midiática, é problemática. Isso ocorre, pois nos impede de vê-las como receptoras e reformuladoras daquilo que é reproduzido pela cultura, ou seja, como agentes condutoras de um processo. Como indivíduos capazes de compreender, racionalizar e modificar as bases estruturais e conjunturais ao seu redor. Seres que, emergidas em sistemas de representações culturais conseguem se apropriar ou se desapropriar de certas práticas – no caso do feminismo, de práticas que excluía a mulher da sociedade, política e economia. Esse movimento de rupturas condiz também com os questionamentos em relação ao papel da mulher frente as produções da mídia, ou seja, frente as colocações de práticas que tendiam a naturalizar determinados comportamentos ditos “femininos”.

Por fim, em meio aos maniqueísmos difundidos ao longo dos tempos e das segregações sexistas, machistas, patriarcais, que marcaram profundamente as relações de gênero na História, talvez seja pertinente redirmo-nos da dicotomia aqui lançada. Apesar de termos separado estruturalmente os termos “feminina” e “feminista” ou “feminino” e “feminismo” em suas análises, não acreditamos que eles sejam conceitos opostos, a despeito dos digladiados que a História, a sociedade e a mídia os propuseram. Contestar as inerentes fórmulas e formas “femininas” foi relevante para que importantes querelas “feministas” fossem levantadas (SOUZA, 2017). No entanto, as discussões do próprio movimento entendendo as múltiplas identidades das mulheres, possibilitou a visão de um feminino que, para-além do subalterno oprimido, pode ser modo de atuação e de contestação.

Fontes

- O Cruzeiro*, Revista, RJ. Ed. 1 (6), 1950.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 0002 (1), 1950.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 0016 (1), 1950.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 5 (1), 1958.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 6 (2), 1958.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 11 (2), 1958.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 14 (1), 1958.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 19 (2), 1958.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 0033, 1958.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. Novembro (4), 1958.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 0011 (1), 1963.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 0028 (1), 1964.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 12 (1), 1968.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 24 (3), 1968.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 31 (3), 1968.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 0024 (1), 1970.
O Cruzeiro, Revista, RJ. Ed. 0037 (4), 1970.

O *Cruzeiro*, Revista, RJ. Ed. 0018 (2), 1974.

O *Cruzeiro*, Revista, RJ. Ed. 2424 (1), 1977.

O *Cruzeiro*, Revista, RJ. Ed. 2433 (1), 1978.

O *Cruzeiro*, Revista, RJ. Ed. 2450 (1), 1978.

Referências

BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). *Cadernos Pagu*, n.01, a 07. p. 111-148. 1997.

_____.; URSINI, Leslye Bombonato. O cruzeiro e as garotas. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 243-260, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/119814/1/ppec_1770-2156-1-SM.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa, Portugal: DIFEL, 1988.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, 2013, p. 3. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/380/285>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

DEL PRIORE, Mary.. *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

FERREIRA, Jorge Luiz; GOMES, Angela Maria de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, James Deam Amaral. Continuidade e Ruptura nos Estudos de Gênero: Historiografia de um Conceito. *OP-SIS*. Catalão, Goiás. v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/14529/9495>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GIULANI, Paola C. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 640-668.

GOLDENBERG, Mirian. Leila Diniz: A Arte de Ser Sem Esconder o Ser. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC / Escola de Comunicação UFRJ, Vol. 02, n.º 02, 1994.

_____. Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada. *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 1996. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-anpocs/gt-19/gt11-4/5395-mgoldenbergmulheres/file>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. *Nu e Vestido*. Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002.

JAQUETTE, Jane S. Los movimientos de mujeres y las transformaciones democráticas en América Latina. In: LEON, Magdalena (Org.). *Mujeres y participación política*. Avances y desafíos em América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 17 n. 34. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200011&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 19 ago. 2018.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina*. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia, 2003.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do Destino Biológico ao Destino Social*. 2ª ed. Vitória: EDUFES/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

PINHEIRO, Ana Alice Costa. *Avances y definiciones del movimiento feminista em Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Facultad de Ciências Políticas y Sociales, México, 1981.

PINSKY, Carla B. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 607-639.

SANTOS, Ana Cristina. Estudos *queer*: Identidades, contextos e acção colectiva. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (online), nº 76, dez. 2006, p. 3-15. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/813>>. Acesso em: 04 fev. 2019

SANTOS, Ladjane de Barros. *Movimento feminista na América Latina*: o nascer e o desenvolvimento de um ser Inferior. In: XXIX Congresso Internacional Da Alas, 2013, Santiago, Chile, p. 2-3. *Grupo de trabalho Gênero, Desigualdade e Cidadania*. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT9/GT9_deBarrosSantoL.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992.

SENA, Francisca. *Mulheres em movimento*: construção de relações de gênero na militância política das mulheres. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual do Ceará, 2004. Disponível em: <http://www.uece.br/politica-suece/dmdocuments/francisca_maria_rodrigues_sena%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SOUZA, Juliana Mello. Feminina e não feminista: a construção mediática do backlash, do consumo e dos pós-feminismos. *Media & Jornalismo*, v. 17, n. 30, p. 71-83, 2017.